

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

ISSN: 1518-6784

Revista Brasileira do Caribe

Grupo de Pesquisa Estudos Caribenhos

**DOSSIÊ:
A VIDA DOS TEXTOS:
Diálogo, interação e inter-relação**

Organizadora do Dossiê:

Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira

São Luis-MA, Brasil, Edufma, vol. 21, nº 40-Jan/Jun.2020

Editora:

Isabel Ibarra Cabrera (Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Brasil)

Maria Izabel Barboza de Morais Oliveira (Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Brasil).

Conselho Editorial:

Alejandro de la Fuente (Harvard University - Cambridge, Estados Unidos da América do Norte), Aline Helg (Université de Genève - Suíça), Antonio Maurício Dias da Costa (Universidade Federal do Pará, Brasil), Consuelo Naranjo Orovio (Consejo Superior de Investigaciones Científicas - CSIC/Madrid, Espanha), Jaime Almeida (Universidade de Brasília - UnB, Brasil), João José Reis (Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil), Jorge Luis Chinae (Wayne State University, Porto Rico), Maria Bernadette Thereza Porto (Universidade Federal Fluminense - UFF, Brasil), Laura Muñoz (Instituto Mora - México, México), Olga Rosa Cabrera Garcia (Universidade Federal de Goiás - UFG, Brasil), Sílvia Cezar Miskulin, Brasil), Soraia Soraia Sales Dornelles (Universidade Federal do Maranhão, Brasil), Stephen Grant Baines (Universidade de Brasília - UnB, Brasil).

Conselho Consultivo:

Brigida Manuela Pastor (Swansea University, Reino Unido, Espanha), Carine Dalmás (Universidade Estadual do Maranhão, Brasil), Danilo Rabelo (Universidade Federal de Goiás, Brasil), Dernival Venâncio Ramos (Universidade Federal do Tocantins, Brasil), Elena Cristina Palmero González (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil), Jorge Luis Chinae (Wayne State University, Porto Rico), Juan José Baldrich (Universidad de Puerto Rico Recinto de Río Piedras, Porto Rico), Kátia Couto (Universidade Federal do Amazonas, Brasil), Marcos Antonio da Silva (Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil), Miguel Suárez Bosa (Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha), Luiz Sergio Duarte da Silva (UFG, Brasil), Patsy Lewis (Sir Arthur Lewis Institute for Social and Economic Studies (SALISES), Jamaica), Roland Walter (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Brasil), Rose Mary Allen (University of the Netherlands Antilles), Olga Portundo (Universidad de Santiago de Cuba, Cuba).

Capa: Patricia Regia Nicacio Freire

Editoração eletrônica: Ezequiel Antonio Silva Filho

Revista Brasileira do Caribe. Universidade Federal do Maranhão, vol. 21, nº 40, (jan./jun. 2020, São Luis, Edufma, 2020. Semestral. Descrição baseada em vol. XVIII, nº 35, (jul/dez 2017) 73p. ISSN: 1518-6784 .

1.Caribe-História-Periódicos

CDU:94(1-928-9)

Grupo de Pesquisa Estudos Caribenhos - Pós Graduação História. Universidade Federal do Maranhão. São Luis. Fone/Fax: 55-98-3272-8312, e-mail: revista_brasileira_caribe@hotmail.com. On line: www.redalyc; Capes.Portal de periódicos da UFMA. Revista Brasileira do Caribe.

* Os direitos autorais dos artigos recebidos são transferidos para Revista Brasileira do Caribe. vol. XIV, nº 35.

** Os dados e conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão das referências bibliográficas são de responsabilidade dos autores.

*** Os artigos recebidos para publicação são apreciados por no mínimo 2 (dois) revisores escolhidos preferencialmente entre os membros dos Conselhos Editorial, Consultivo e Consultores Ad Hoc.

Data de Circulação: Junho de 2020. Tiragem Bruta 500 exemplares.
Copyright © 2017, Grupo de Pesquisa de Estudos Caribenhos-DEHIS

EDITORIAL

Conforme o filósofo da linguagem russo Mikhail Bakhtin, “Estamos interessados primordialmente nas formas concretas dos textos e nas condições concretas da vida dos textos, na sua inter-relação e interação” (BAKHTIN, 2011, p. 319).

Neste sentido, este volume inicia com o artigo intitulado “Análise sobre a possível contradição ou harmonia entre os conceitos de soberania e de propriedade privada no pensamento de Jean Bodin”, de Meriam da Silva Barros Saraiva. A autora analisa o pensamento político do teórico francês Jean Bodin em *Os seis livros da República*, publicado em 1576, enfatizando a sistematização do conceito de soberania e os limites para o exercício do poder real no Ancien Régime. Busca perceber se há ou não contradição ou harmonia entre os conceitos de soberania e de propriedade privada na obra de Bodin.

Nathalia Moreira Lima Pereira, em seu artigo que traz por título “Vieira e o Atlântico Equatorial: o Maranhão na Guerra Luso-Castelhana (1640-1668)”, analisa os textos do padre português Antônio Vieira concebidos no contexto da guerra luso-castelhana, destacando como as singularidades presentes em tais textos contribuíram para esculpir o pensamento político-profético do jesuíta.

No artigo “Sob a sombra de Maquiavel: operacionalidade política colonial portuguesa, esboço para um estudo maior”, Samuel da Silva pretende esclarecer que o mito do maquiavelismo, que situa Maquiavel – autor de *O príncipe*, de 1513 – como o formulador da política moderna, não corresponde ao real. Consiste em uma fantasia propensa ao não reconhecimento da responsabilidade dos homens em seus atos; recorrendo-se, assim, à mitologia do maquiavelismo para desviar as atenções da nudez mostrada por Maquiavel.

Paulo Henrique Matos de Jesus, em “Crime e cidade no século XIX: possibilidades investigativas”, empreende uma reflexão a respeito da complexidade do conceito de cidade. Destaca que a reforma urbana efetuada em Paris por Eugène Haussmann no século XIV mudou a vida social na cidade, repercutindo no deslocamento do crime para outros espaços. Evidencia como o processo de haussmanização influenciou na maneira como os literatos em seus textos representavam a ocorrência de crimes na cidade de Paris.

O dossiê encerra com o artigo “O livro perdido de Teófilo Dias...”, de Claunísio Amorim Carvalho. Este debruça-se sobre o livro “Flores e amores” do poeta Teófilo Dias, publicado em 1874 e dado como perdido desde fins do século XIX. Claunísio Amorim Carvalho busca rastrear a existência do livro e em seguida mostra que no decorrer dos séculos XX e XXI alguns autores sentiam que ele jamais seria encontrado.

Maria Izabel Barboza de Morais Oliveira
(Universidade Federal do Maranhão)

SUMÁRIO

DOSSIÊ:

A VIDA DOS TEXTOS: DIÁLOGO, INTERAÇÃO E INTER-RELAÇÃO

EDITORIAL

ANÁLISE SOBRE A POSSÍVEL CONTRADIÇÃO OU HARMONIA ENTRE OS CONCEITOS DE SOBERANIA E DE PROPRIEDADE PRIVADA NO PENSAMENTO DE JEAN BODIN

Meriam da Silva Barros Saraiva

VIEIRA E O ATLÂNTICO EQUATORIAL: O MARANHÃO NA GUERRA LUSO-CASTELHANA (1640-1668)

Nathalia Moreira Lima Pereira

SOB A SOMBRA DE MAQUIAVEL: OPERACIONALIDADE POLÍTICA COLONIAL PORTUGUE-SA, ESBOÇO PARA UM ESTUDO MAIOR

Samuel S. da Silva

CRIME E CIDADE NO SÉCULO XIX: POSSIBILIDADES INVESTIGATIVAS

Paulo Henrique Matos de Jesus

O LIVRO PERDIDO DE TEÓFILO DIAS...

Claunísio Amorim Carvalho

SUMMARY

DOSSIER:

THE LIFE OF TEXTS: DIALOGUE, INTERACTION AND INTERRELATION

EDITORIAL

ANALYSIS OF THE POSSIBLE CONTRADICTION OR HARMONY BETWEEN THE CONCEPTS OF SOVEREIGNTY AND PRIVATE PROPERTY IN JEAN BODIN THOUGHT

Meriam da Silva Barros Saraiva

VIEIRA AND THE EQUATORIAL ATLANTIC: MARANHÃO IN THE LUSO-CASTELHANA WAR (1640-1668)

Nathalia Moreira Lima Pereira

UNDER MACHIAVELLI'S SHADOW: PORTUGUESE COLONIAL POLITICAL OPERABILITY, SKETCH FOR A LARGER STUDY

Samuel S. da Silva

CRIME AND THE CITY IN THE 19TH CENTURY: INVESTIGATIVE POSSIBILITIES

Paulo Henrique Matos de Jesus

THE LOST BOOK OF TEÓFILO DIAS...

Claunísio Amorim Carvalho

ANÁLISE SOBRE A POSSÍVEL CONTRADIÇÃO OU HARMONIA ENTRE OS CONCEITOS DE SOBERANIA E DE PROPRIEDADE PRIVADA NO PENSAMENTO DE JEAN BODIN

Analysis of the possible contradiction or harmony between the concepts of sovereignty and private property in Jean Bodin thought

Meriam da Silva Barros Saraiva¹

RESUMO

Nesta pesquisa, pretendemos analisar o pensamento político de Jean Bodin (1530-1596), destacando a sistematização da noção de soberania e os limites para o exercício do poder da realeza na época moderna. Neste sentido, busca-se verificar o discurso político de Bodin e como este autor foi importante para organizar o conceito de soberania relacionado ao poder dos reis, bem como para a definição dos limites do exercício do referido poder soberano por meio das chamadas leis divinas e naturais, incluindo-se, neste ponto, o direito de intangibilidade da propriedade privada. Por fim, evidencia-se a importância da obra de Bodin por meio da análise da existência ou não de uma contradição ou de uma harmonização entre os conceitos de soberania e de propriedade privada presentes nos estudos efetivados por Bodin.

Palavras-chave: Jean Bodin – Soberania – Propriedade – França – Século XVI

ABSTRACT

In this research, we intend to analyze the political thought of Jean Bodin (1530-1596), highlighting the systematization of the notion of sovereignty and the limits to the exercise of the power of royalty in modern times. In this sense, we seek to verify Bodin's political discourse and how important this author was to organize the concept of sovereignty related to the power of kings, as well as to define the limits of the exercise of that sovereign power through the so-called divine laws and natural resources, including, at

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão – FAPEMA. Contato: meriamsaraiva85@gmail.com

this point, the right to intangibility of private property. Finally, the importance of Bodin's work is evidenced through the analysis of the existence or not of a contradiction or of a harmonization between the concepts of sovereignty and private property present in the studies carried out by Bodin.

Keywords: Jean Bodin – Sovereignty – Property – France – 16th century

Em primeiro lugar, os enunciados positivados nos *Seis Livros da República* trazem uma discussão sobre a análise do conceito de soberania que é colocada por Bodin como um dos pontos principais e mais necessários para se entender a sistemática da República, devendo-se considerar o que Bodin esclarece por Soberania como sendo “o poder absoluto e perpétuo de uma República”. (BODIN, 2011, p. 195)

Skinner evidencia que Bodin trata da dinâmica do poder do Estado sem atrelá-la à ideia de examinar um “mosaico de direitos” que teriam se desenvolvido ao longo do processo histórico, destacando que tal teórico do pensamento político teria examinado o poder Estatal tomando como ponto de partida o conceito essencial de Soberania, chegando ao ponto de Bodin reivindicar tal conceito como algo que ele teria sido o primeiro a sistematizar. (SKINNER, 1996, p.559)

No primeiro capítulo do Livro Primeiro, Bodin traz a noção de República como sendo o “reto governo de vários lares e do que lhes é comum, com poder soberano”. Neste capítulo, o teórico da soberania caracteriza aquilo que seria o chamado “reto governo” o qual estaria vinculado ao posicionamento de defesa da justiça e da moral através do aspecto da legalidade, ou seja, respeitando as leis divinas e humanas, elencando um conceito que, pelo aspecto da valorização das leis, acaba indo além do que é ilustrado em nomes como Platão, Aristóteles e Thomas Morus, que consideravam a República como uma sociedade em que os “homens se reuniam para bem e felizmente viver”. (BODIN, 2011, p. 71-79)

Norberto Bobbio, ao tratar da concepção de sociedade civil sob um ponto de vista jusnaturalista, fala que a mesma deve ser vista como o próprio Estado e tem duas formas de ser abordada, sendo uma vinculada à concepção de Aristóteles que coloca o Estado como um “prosseguimento natural da sociedade familiar”, consistindo num modelo em que a sociedade civil é colocada como “sociedade natural” e que decorre da “natureza social do homem”, já a outra abordagem seria de cunho hobbesiano em que a sociedade civil é tida como uma “antítese do estado de natureza” e é criada a partir de um “acordo” em prol de abandonar o estado de natureza e adotando um modelo de “sociedade instituída ou artificial”. (BOBBIO, 1987, p. 44-45)

Tal autor continua a tratar da acepção de sociedade civil e coloca Bodin como “um típico representante do modelo aristotélico”, tendo em vista o fato de que o teórico da soberania também atribui a origem do Estado ao aspecto natural do homem, na medida em que o Estado não poderia existir sem o aspecto familiar. (BOBBIO, 1987, p. 45)

Uma vez evidenciada a análise do Estado como algo natural do gênero humano, necessário se faz considerar que o contexto em que foram escritas as lições de Bodin dos

Seis Livros da República evidenciava um “discurso” que ditava a legitimação de um “Estado moderno *stricto sensu*” que estava em emergência, sendo que isto levou à demonstração de uma modernidade que estava em fase de “maturação” e que precisava solidificar as bases para expandir os ideais deste período, pois se traçava uma nova dinâmica política, social e econômica, ocorrendo o que se convencionou como uma “legitimação da ordem monárquica pretendida pela burguesia mercantil nascente”, fazendo com que teóricos como Bodin enxergassem a importância de deixar escritos que pudessem solidificar a ideia de um poder soberano que traz paz e segurança para uma nação. (DUSSEL, 2014, p. 272-273)

Nesse ponto, é interessante abordar que Bodin começa a esclarecer um conceito de República que é definida a partir de vários componentes necessários para a compreensão do que seria o “reto governo”, trazendo uma definição vinculada ao lar e à diferença deste para a República, considerando que “lar é o reto governo de vários súditos” que depende de uma chefia familiar e de todos os aspectos que decorrem desta chefia, afirmando que esta definição diz respeito à principal fonte e origem de toda a República, qual seja: a família. (BODIN, 2011, p. 81-89)

Uma vez considerada a compreensão do componente primordial da República que é a família, o autor ilustra como o comando dos lares se configura, considerando quatro formas: marido em relação à mulher, a figura paterna em relação aos filhos, o senhor em relação aos escravos e o mestre em relação aos servidores. (BODIN, 2011, p. 91)

Após considerar os componentes relacionados à família como base central da República, Bodin lança mão dos primeiros fundamentos sobre os quais toda República é construída, tais como: os conceitos e as relações entre o súdito, o cidadão, o estrangeiro, a cidade, a cristandade e a República. (BODIN, 2011, p. 139-194)

A partir da análise dos componentes que caracterizam uma República, há de se afirmar que a abordagem bodiniana buscava a ordenação das unidades que diziam respeito à sistemática do corpo social que iria acarretar num dos grandes objetivos de Bodin que seria a formação de uma ciência política de forma mais genuína, implicando no empreendimento de coletar uma série de dados que consistiu no estudo comparativo das “diferentes estruturas jurídicas de todos os Estados” dentro do processo histórico. (SKINNER, 1996, p. 562-563)

Há de se destacar que o sistema adotado por Bodin levava em consideração uma série de variantes que muitas vezes escapavam à compreensão humana, tais como leis anteriores, costumes, tradições místicas e condições climáticas, mas que eram capazes de determinar o fim de uma República, devendo-se colocar que a perspectiva bodiniana analisava o “conceito humanista de fortuna”, na medida em que evidenciou todos os fatores de caráter natural e oculto que influenciavam a “ascensão, a prosperidade e o declínio dos Estados”, tudo isso com o fito de estimular os potenciais legisladores que seriam os responsáveis pela edição das normas que regulariam uma nação, considerando que a soberania deveria ser constituída de um caráter eminentemente legislativo. (SKINNER, 1996, 563)

Através de uma metodologia “científica” para se esboçar as bases fundamentais do exercício do poder dentro da República, Bodin chega à conclusão de que é característica fundamental de todo e qualquer Estado viável a chamada soberania (SKINNER, 1996,

p. 564). A partir desta conclusão, se inicia na abordagem bodiniana a empresa de maior relevância na obra de Bodin que é a sistematização do conceito fundamental de Soberania como sendo “o poder absoluto e perpétuo de uma República” (BODIN, 2011, p. 195-196). Segundo Bodin,

A soberania é o poder absoluto e perpétuo de uma República, que os latinos denominam majestatem, (...) e os italianos signoria – palavra que usam tanto para os particulares quanto para aqueles que manejam todos os negócios de estado de uma República. Os hebreus a chamam (...) o maior poder de comandar. Há aqui a necessidade de formar a definição de soberania, porque não há jurisculto nem filósofo político que a tenha definido, embora seja o ponto principal e o mais necessário de ser entendido no tratado da República. (BODIN, 2011, p. 195-196)

A partir do ideal de soberania, Oliveira diz que Bodin sistematizou tal conceito tendo como finalidade o fortalecimento da monarquia absoluta em seu processo de unificação nacional, colocando que a soberania seria “o poder absoluto de fazer a lei sem o consentimento dos cidadãos”, sendo dotada das características que dizem respeito a um poder de caráter absoluto e indivisível. (OLIVEIRA, 2009, 266-268)

Após evidenciar a importância da sistematização da soberania no pensamento de Bodin, é válido observar que o texto do tratado dos Seis Livros República além de buscar sistematizar o conceito de Soberania como a expressão do poder absoluto do Príncipe, também demonstra um cuidado especial no que diz respeito à intangibilidade da propriedade privada dos súditos pelo príncipe soberano, destacando que isso deveria ser respeitado como algo que expressa a justiça divina. Fato este que leva ao questionamento se haveria contradição ou harmonia entre o conceito de soberania e a ideia de propriedade privada defendida por Jean Bodin. Sobre tal intangibilidade da propriedade privada, Bodin ilustra em sua obra que é verdadeira

incongruência dizer que o Príncipe possa efetivar coisa que não seja honesta, pois seu poder deve sempre estar ao lado da justiça e, dessa forma, o monarca não tem o poder de roubar o bem de outrem, pois tal atitude além de não refletir a imagem da justiça divina, ainda revela impotência, fraqueza e frouxidão de coração. (BODIN, 2011, 231-233)

Esclarecendo tal limite para o exercício da soberania, Barros observa que quando o assunto se refere ao fato de “se apossar dos bens alheios” as leis de Deus e da natureza não admitem tal conduta, já que isto configuraria uma ação com base na injustiça (BARROS, 2011, p. 58). Deve-se evidenciar todo o trabalho efetivado por Bodin no sentido de se montar e compreender um direito universal, pois é a partir da concepção comparativa do direito que tal autor traçará as principais bases para se exercer uma distribuição equitativa dos bens aos indivíduos na sociedade política, incluindo, portanto, o princípio da intocabilidade daquilo que é privado. (BARROS, 2006, p.32)

Em contraposição aos que defendiam ser impossível sistematizar o direito, Bodin pretendeu, em sua obra, sob forte influência do *jus in artem redigere* (*restaurar a arte da lei*) de Cícero, demonstrar como pode ser feito um direito universal de forma simplificada, nítida e marcada pela razão, destacando que o “saber jurídico” é tido, antes de tudo, como

uma arte que busca “atribuir a cada um o que lhe é devido, para manter a sociedade humana”. Ele retém apenas um dos preceitos tradicionais do direito romano, qual seja: “o de dar a cada um o que é seu”. Isto indicava que se tratava de um conhecimento que não implicava necessariamente na virtude dos homens, mas na possibilidade de manter uma postura em que se partilharia os bens e vantagens dos homens de forma proporcional e razoável com o fim de promover a ordem social. (BARROS, 2006, p. 32)

Neste aspecto, cabe evidenciar que a noção esboçada de propriedade para Bodin é vista nas linhas dos escritos de *Iuris universi distributivo*, o qual traça um estudo sobre o direito, evidenciando um saber jurídico que se deu nos termos usuais do direito romano, enfocando na análise das pessoas, das coisas e dos fatos. As noções apresentadas por Bodin acabam repetindo as tradições justinianas e as reflexões dos juristas medievais, colocando aspectos relacionados à posse e à propriedade dos bens. (BARROS, 2006, p. 38)

Sobre o possível conceito de direito de propriedade, traz-se novamente a tradição do direito romano em que se coloca que o mencionado direito não foi delimitado e definido pelos romanos, mas tal conceito foi fruto de estudos dessa tradição jurídica romana feitos pelos juristas da Idade Média em que se colocou, em primeiro lugar que, baseando-se em Constantino (274-337), o proprietário seria aquele que é o “regente e árbitro de sua coisa” e, em segundo lugar, a partir da leitura do *Digesto*, a propriedade seria configurada como “faculdade natural de se fazer o que se quiser sobre a coisa, exceto aquilo que é vedado pela força ou pelo direito”. (ALVES, 2014, p. 293)

Antes do período em que foi efetivada a teoria de Bodin, diz-se que já havia a medida da diferença entre o que era privado dos súditos e o poder de afirmar o direito pelo imperador dentro de estudos atribuídos aos glosadores² e bartolistas³, sendo o imperador um “senhor” que exercia o dever de “proteção” e de “jurisdição”, não incluindo em suas atribuições o domínio sobre os bens dos governados. (BARROS, 2006, p. 32)

É baseado neste pensamento que Bodin irá sustentar a teoria de que o exercício da soberania não significava a posse daquilo que pertence aos súditos pelo governante. Não somente no *Iuris universi distributio*, mas em outras obras, Bodin lança mão da ideia da intangibilidade da propriedade privada. No *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*, publicado em 1566, traz a discussão acerca da ligação entre o soberano e as leis constitucionais, Bodin promove uma forte oposição aos estudos atribuídos a Jason de Mayno que exercia o cargo de conselheiro de Luís XII, o qual definia que o rei seria “legítimo proprietário de todas as coisas” e, por isso, poderia tomar posse dos bens dos súditos. (BARROS, 2006, p. 38-39)

Tendo como referência as lições de Sêneca, a obra de Bodin traz a declaração precisa que coloca o domínio público na órbita do regente do poder e o domínio privado na órbita dos “particulares”, configurando uma posição contrária à ideia apresentada por Mayno por considerá-la “como uma das mais prejudiciais à República”. (BARROS, 2006, p. 38-39)

2 Filósofos da idade média, da antiga Grécia, Roma, que se dedicavam a estudar: hábitos, costumes e crenças (religião).

3 Estudiosos do direito associados às doutrinas de Bártolo de Sassoferrato (1313-1357) que foi um jurisconsulto medieval, um dos mais notáveis comentadores do Direito Romano.

Nos escritos registrados no tratado *Les Six Livres de la République*, Bodin traz uma profunda discussão sobre a obediência dos príncipes em relação às leis divinas e naturais, colocando que estas supostamente trariam a proibição de o Príncipe, mesmo possuindo “um poder absoluto”, não podendo cometer atentados em face da propriedade dos súditos, sendo proibido ao mesmo “tomar arbitrariamente os bens dos súditos”. (BARROS, 2006, p. 38-39)

Conforme Norberto Bobbio, um aspecto relevante que deve ser observado no que diz respeito ao limite à soberania por meio do respeito à propriedade privada é que o mencionado direito é importante por fazer parte de uma divisão na sociedade idealizada por Bodin, pois tal limitação serviu para demonstrar que a sociedade considerada pelo teórico da soberania “se dividia em uma esfera pública e uma esfera privada”, evidenciando que existiam componentes vistos por meio da relação entre Estado e sociedade civil que configuravam relações de cunho econômico que vão além do poder do Estado. Neste aspecto, a distinção que existe entre o componente da “sociedade privada” por meio da relação dos ditos “iguais” e o componente da própria “sociedade política” que coloca uma relação de desigualdade entre os participantes que são regulados pelo direito público é verificada desde os fundamentos do Estado moderno, sendo importante para a ordenação do mesmo. (BOBBIO, 1985, p. 97)

Jean Touchard destaca que a propriedade privada nas lições de Bodin trazem como elemento de referência a unidade familiar em que esta propriedade está diretamente relacionada à família, sendo esta última a “base essencial da República”. Portanto, por ser a propriedade relacionada à família e esta ter relação com o próprio fundamento do Estado, coloca-se o aspecto da propriedade sob uma ótica paternalista da “autoridade do soberano”, buscando uma justificativa para o caráter privativo da propriedade, em que se faz uma analogia por meio da figura do pai que atua para a proteção da família, respeitando cada componente familiar, e da imagem do soberano que também deve proteger e “respeitar aquilo que pertencesse a outrem”. (TOUCHARD, 1970, p. 60)

Ainda em referência à propriedade como componente familiar, deve-se entender que, na concepção de Bodin, “como reto governo”, é dever da República exercer o respeito ao “direito sagrado, primordial, da família ou lar”, não tocando na propriedade privada já que esta é um dos “fundamentos insubstituíveis do lar”, pois o governo do Príncipe se dá sobre aquilo que é “comum às famílias”, retirando dessa esfera de governo o que pertence aos súditos “a título exclusivo”. Com isso, Jean Jacques Chevallier, reafirmando as lições de Bobbio, declara que Bodin visualiza uma República com clara distinção entre o que é público e o que é privado, pois “não há nada de comum se nada há de particular”, tendo em vista que o exercício da soberania seria atributo do príncipe, enquanto que a propriedade compete unicamente aos súditos. (CHEVALLIER, 1999, p.322)

Na concepção de Bodin, não há espaço para a ideia de total sujeição das coisas ao Príncipe, salvo exceções em que se verificam justa causa, estando obrigado a agir com justiça por meio do ato de “não atentar contra o direito de outro e que, se o faz, não obedece de modo algum a um direito de soberania”, evidenciando, na verdade, “uma violência armada, por puro e simples direito do mais forte sobre o mais fraco”. (CHEVALLIER, 1999, p. 322)

Uma distinção tripartida que o teórico de *Os seis livros da República* faz entre, de um lado, a monarquia “real” ou “legítima” e, de outro, a monarquia “senhorial” e a monarquia “tirânica”, repousa, sobretudo, na sistemática do estudo da propriedade, já que a autêntica e sólida soberania deveria se relacionar com o ideal de “reto governo” e os aspectos que este implica, incluindo-se, neste, o respeito ao direito de propriedade. (CHEVALLIER, 1999, p. 322)

Outra questão relevante na obra de Bodin referente à propriedade é o fato de que não competia ao Príncipe a cobrança de impostos ou o sequestro de bens dos súditos (ANDERSON, 1989, p. 49), já que as intervenções de qualquer natureza na propriedade dos súditos só seriam autorizadas mediante justo motivo, pois o confisco e o aumento de impostos sobre os bens privados são atos que ultrapassam a alçada da autoridade pública, pois é vedado ao governante o aumento de impostos de forma indiscriminada, ressaltando que mesmo sendo atribuição do príncipe “isentar os súditos de taxas ou contribuições”, tal atribuição deve ser feita de “maneira discricionária”, podendo os impostos serem admitidos somente nos casos em que não existam outros meios tradicionais já estabelecidos na sociedade e a extrema necessidade dos mesmos, sendo imprescindível, também, a autorização dos súditos para a tributação. (BARROS, 2006, p. 39-41)

Há de se afirmar que a restrição em relação ao direito de propriedade e à repercussão da questão da cobrança de impostos trouxe sérios desconfortos para os receptores da teoria bodiniana, pois Bodin defendia o fato de ser proibido ao Príncipe se apoderar da propriedade de seus súditos, que isto era contrário às disposições da lei de Deus, configurando que a ideia de confisco, segundo Bodin, só poderia ocorrer se caso os súditos autorizassem a tributação. (SKINNER, 1996, p. 568)

Bodin é categórico em argumentar que a tributação só será permitida nos casos de anuência expressa dos súditos, ensejando uma defesa pública do próprio teórico em assembleia nos Estados Gerais quando ocupava o cargo de deputado no sentido de impedir que o rei Henrique III impusesse impostos como forma de conseguir recursos, fato que levou o teórico a perder o “favor crescente que desfrutava na corte”, mas, ainda assim a abordagem bodiniana continuou enfática no sentido de que os excessos de impostos constituíam uma das causas primárias e mais rápidas para a destruição de um Estado. (SKINNER, 1996, p. 568)

Quentin Skinner coloca a discussão sobre a propriedade privada na obra de Bodin por meio do aspecto de que seria um dever do Príncipe se sujeitar à limitação de não tocar na propriedade dos súditos, já que a propriedade privada constituiria um verdadeiro “direito inalienável”. A partir do reconhecimento da inalienabilidade do direito à propriedade privada, diz-se que há uma “restrição do *Imperium* pelo *dominium*” e que isto significava o reconhecimento, novamente, do fato da República ter suas bases alicerçadas a partir da “unidade familiar”, não podendo existir uma república que não possuía famílias. (SKINNER, 1996, p. 567)

Admitindo-se que não é possível a formação de uma República sem as famílias, isso implica dizer que não se admite a referida República sem a presença da propriedade privada, pois tal fato designaria uma verdadeira afronta aos “direitos das famílias” que

necessitam da conservação da propriedade como forma de sobrevivência material dos homens. (SKINNER, 1996, p. 567)

Bodin, ao efetivar a objeção contra qualquer forma de imposição do Soberano em face da propriedade privada, inspira-se na lei mosaica por meio do “Decálogo” em que se coloca a proibição de roubar, considerando-se que a propriedade privada configuraria um “pressuposto da lei natural”, indica-se que foi demonstrado por Deus aos Estados aquilo que seria de caráter comum e aquilo que seria de caráter particular a cada indivíduo. (SKINNER, 1996, p. 567)

Bodin confirma este posicionamento de ligar a unidade familiar ao direito de propriedade, evidenciando a importância de respeitar tal direito ligado à família, oferecendo uma crítica ao ideal platônico de “comunidade de todas as coisas”, quando ilustra no Livro Primeiro, capítulo II, do Tratado *Les Six Livres de La République*, delimitando os aspectos públicos e privados nos seguintes moldes:

(...) Não se pode fazer todos os bens sejam comuns, até mesmo as mulheres e as crianças, como queria Platão em sua primeira República, a fim de banir de sua cidade estas duas palavras TEU e MEU, que eram a seu juízo a causa de todos os males e ruínas que acontecem às Repúblicas. (...) Se isso se tivesse realizado, a única marca da República se teria perdido, porque não existe coisa pública se não houver alguma coisa de próprio (...). (BODIN, 2011, p. 85)

Bodin ainda destaca que assim como Deus tem por detestável os atos incestuosos, os adultérios e os parricídios, também desaprova qualquer ato do governante dentro da República que busque arrebatou ou cobiçar “aquilo que é de outrem”. A partir da análise de que a República tem como mente ordenadora o próprio Deus, Bodin é categórico em afirmar que se dá à República o que é dela e “a cada um o que lhe é próprio”. (BODIN, 2011, p. 85)

Uma das maiores controvérsias acerca dos estudos sobre Bodin trata-se do fato de se avaliar até que ponto ele buscou representar o Soberano como alguém que exerce o poder de maneira ilimitada, ou seja, até onde pode ser caracterizado essa questão do exercício do poder ilimitado, podendo-se verificar que Bodin em muitos pontos de sua abordagem acompanha uma tradição humanista dos legistas que buscava uma monarquia que estivesse restrita por verdadeiros freios conhecidos como “*la police, la religion e la justice*” (polícia, religião, justiça). (SKINNER, 1996, p. 564)

Um destaque importante deve ser dado justamente à uma associação entre os freios de *la religion* e de *la justice* em que se verifica que as leis positivadas pelo Príncipe, apesar de expressarem unicamente a vontade dele, devem respeitar as leis divinas e naturais que são as “guias para manter um sistema de justiça natural”, sendo admitido por Bodin que se caso o governante editar determinações contrárias às “leis supremas”, seria considerado dever dos magistrados e do próprio povo desobedecer tais determinações. (SKINNER, 1996, p. 565)

Neste ponto, coloca-se que Bodin teve claramente a ideia de impor limitações ao exercício do poder soberano, afirmando que o monarca não poderia ir contra as leis de Deus e da natureza e que, também, está estritamente obrigado a cumprir alguns preceitos perante seus súditos, sendo o cumprimento das convenções ou acordos pactuados com

quem quer que seja um desses preceitos e o outro, a imposição de que o príncipe não pode “roubar” o bem de outrem sem motivo que seja justo (BODIN, 2011, p. 228-232). Conforme Bodin,

Dessa resolução podemos tirar outra regra de estado, a saber, que o Príncipe soberano está adstrito aos contratos por ele feitos, seja com seu súdito, seja com o estrangeiro, pois como ele é garante perante os súditos das convenções e obrigações mútuas que têm uns para com os outros, com mais forte razão é devedor da justiça em seu fato. (...) Portanto, é uma incongruência em dizer que o Príncipe pode coisa que não seja honesta, visto que seu poder deve sempre ser medido ao pé da justiça. (...) Por isso diz mal quem diz que o Príncipe soberano tem o poder de roubar o bem de outrem e de fazer o mal: isso é antes impotência, fraqueza e frouxidão de coração. Se, pois, o Príncipe soberano não tem o poder de ultrapassar os limites das leis da natureza que Deus – de quem ele é imagem – estabeleceu, ele tampouco poderá tomar o bem de outrem sem causa que seja justa e razoável. (BODIN, 2011, p. 228-232)

Neste aspecto, cabe evidenciar que Enrique Dussel destaca que a teoria de Bodin parece antecipar o tema hobbesiano referente aos vícios humanos (roubar, matar, assassinar), condenando tais vícios que não deveriam fazer parte da imagem do monarca e nem do seio social da República, destacando a condição dos cidadãos da comunidade que deixavam de ser sujeitos sem leis e entregues aos exageros e aos vícios humanos, passando a constituir uma comunidade que, por razões naturais, passam a ser escravos emancipados e governados pelo poder soberano, recebendo a tutela do Príncipe, constituindo o que se chamava de “senhoria soberana” em que o monarca era o destinatário final da soberania e os súditos deveriam se submeter ao monarca para receberem sua proteção. (DUSSEL, 2014, p. 272-273)

Conforme todos os ensinamentos acima esboçados acerca da sistematização do conceito de soberania, a necessidade do exercício do poder de forma absoluta e perpétua, mas com o respeito a certos limites, especialmente, no que se refere à intangibilidade da propriedade privada, é possível afirmar que o pensamento político de Bodin impõe o reflexo da existência de um reto governo em que o príncipe seria o espelho da justiça divina assim como também um verdadeiro guardião dos valores existentes desde os primórdios da existência da sociedade política moderna.

Ao que parece, Bodin passou a desenvolver um pensamento humanista fortemente enriquecido por algumas tradições que transitavam em seu espaço temporal, político e social, buscando munir-se de ferramentas que impugnassem o direito de resistência dos huguenotes e que garantisse a “ordem” dentro da nação francesa no século XVI, defendendo o fortalecimento de uma monarquia absoluta. (SKINNER, 1996, p. 556)

Evidenciamos que Bodin, em toda a construção de seu pensamento político esboçado, em especial, no Livro Primeiro de *Os seis livros da República*, expressa claramente a grande contribuição para a formação do pensamento político moderno e de uma ciência política, demonstrando avanços que vão muito além da pura e simples sistematização do conceito de soberania, mas que expressou um importante legado que influenciou os vários teóricos absolutistas e que firmou os alicerces para a formação ideológica que legitimaria “o absolutismo maduro do *grand siècle*” (SKINNER, 1996, p.

572), sendo tudo isso efetivado através da valorização do estudo da história como mestre da vida que ensina importantes lições para se ordenar o exercício do poder.

Diante de tudo o que foi exposto, há de se fechar a análise da sistemática da soberania dentro dos escritos de Bodin e da imposição do direito de propriedade, considerando-se que toda ideologia configurada a partir da descoberta das diferentes camadas históricas, sociais e políticas que envolveram toda a construção da obra de Bodin, permitindo situar o tratado dos *Seis Livros da República* em um panorama que ressoava os ecos dos fantasmas das guerras religiosas e das disputas pelo poder político que eram considerados os grandes vilões que retiravam do cenário francês do século XVI a possibilidade de alcançar a estabilidade e a segurança para o pêndulo que regia a história natural humana, há de se afirmar que defender a soberania e limitá-la com o direito à propriedade não consistia em uma contradição para Bodin, mas sim em ideais complementares que se destinavam para um único fim, qual seja: alcançar o bem supremo da nação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, José Carlos Moreira. *Direito Romano* / José Carlos Moreira Alves. – 16^a ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. 2^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BARROS, Alberto Ribeiro G. de. *Direito Natural e propriedade em Jean Bodin*. Trans/Form/Ação, São Paulo, 29(1), p. 31-43, 2006.
- BOBBIO, Norberto, 1909. *Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política*/Norberto Bobbio; tradução Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento Crítico, v. 69).
- _____. *A teoria das formas de governo*. 4^a Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- BODIN, Jean, 1530-1596. *Os seis livros da República: livro primeiro*. Tradução, introdução e notas José Carlos Orsi Morel; revisão técnica da tradução José Ignacio Coelho Mendes Neto. 1 ed. São Paulo: Ícone, 2011. (Coleção Fundamentos do Direito).
- CHEVALIER, Jacques. *As grandes obras políticas de Maquiavel a Nossos Dias*. 8^a ed/ 2. Imp. Rio de Janeiro: Agir, 1999.
- DOSSE, François. *História e ciências sociais*/François Dosse; Tradução Fernanda Abreu. - Bauru, SP: Edusc, 2004.
- DUSSEL, Enrique. *Política da libertação 1: história mundial e crítica*/Enrique Dussel; tradução Paulo César Carbonari (Coord.). [et. al.]. – Passo Fundo: IFIBE, 2014.
- OLIVEIRA, Maria Izabel Barboza de Moraes. *O príncipe pacífico: Bossuet, Luís XIV e Antônio Vieira*. 2009. 411 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- TOUCHARD, Jean. *História das ideias políticas*. Vol. 3. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970.

VIEIRA E O ATLÂNTICO EQUATORIAL: o Maranhão na Guerra Luso-Castelhana (1640-1668)

VIEIRA AND THE EQUATORIAL ATLANTIC: Maranhão in the Luso-Castelhana War (1640-1668)

Nathalia Moreira Lima Pereira¹

RESUMO

Sabemos que a historiografia tem insistido, por vezes, na representação de um Vieira multifacetado, dissociando e confrontando seus aspectos político, religioso, profético e, até mesmo, diplomático. Desse modo, a missão no Maranhão (1653-1661) é mais um episódio da árdua jornada do jesuíta em contribuir para a transcendentalidade do reino luso pós Restauração Portuguesa. Era notória, para Vieira, a importância desta área de fronteira na conjuntura política portuguesa, ao término da União Ibérica, que via nesse imenso território vantagens na guerra luso-castelhana, mas, também, a concretização de um projeto universal pensado anos antes na inacabada obra *História do Futuro*. Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar os escritos do padre Antônio Vieira que apontam essas singularidades e como elas contribuíram para moldar seu pensamento político-profético.

Palavras-chave: Vieira; Maranhão; fronteira; guerra luso-castelhana

ABSTRACT

We know that historiography has insisted, at times, on the representation of a multifaceted Vieira, dissociating and confronting his political, religious, prophetic and even diplomatic aspects. Thus, the mission in Maranhão (1653-1661) is yet another episode of the Jesuit's arduous journey in contributing to the transcendentality of the Portuguese kingdom after the Portuguese Restoration. It was well known, for Vieira, the importance of this frontier area in the Portuguese political context at the end of the Iberian Union, which saw in this immense territory advantages in the Portuguese-Castilian war, but also, the realization of a universal project thought years before in the unfinished work *História do Futuro*. Thus, the objective of this article is to analyze the writings of Father Antônio Vieira that point out these singularities and how they contributed to shape his political-prophetic thin.

Keywords: Vieira; Maranhão; frontier; Portuguese-Spanish War

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Maranhão/PPGHIS. Defendeu a dissertação intitulada Universalismo, guerra e profecia: Maranhão no tempo da Restauração portuguesa nos escritos do Padre Antônio Vieira (1641-1653), em 2017. Contato: (98) 98819-1409. e-mail: nathalia_mlp@hotmail.com.

O Mar, o Rio e suas rotas...

A grandiosidade do território Amazônico, descrita nos relatos e crônicas de viajantes, exploradores e missionários, ensaiavam um projeto de conquista das potenciais riquezas desta área de fronteira e uma suposta ligação fluvial entre o rio Amazonas e o rio da Prata. Tais relatos chamaram rapidamente a atenção de diversas nações estrangeiras, a exemplo dos holandeses, franceses e ingleses. A ideia de navegar através dos sertões, percorrendo o rio Amazonas até entre as Índias de Castela, tendo o oceano Atlântico como saída, passa rapidamente a ser representada nas crônicas portuguesas. Com efeito, muitos aventureiros de várias partes da Europa reconheciam a região, antes mesmo de sua conquista lusa, em 1615. Em função de sua condição de fronteira e posição estratégica, exatamente no centro entre o Caribe, o Peru e o Brasil, muitas autoridades consideravam as vantagens de controlar e proteger essa região. (REIS, 1993; CARDOSO E SOUZA, 2008; ACUNA, 1994)

De fato, a segurança do território ganha outra dimensão na década de 1640, após a Restauração portuguesa, início também de um curto governo holandês na ilha de São Luís, em 1641. Portugal tem, então, a difícil tarefa de defender suas fronteiras, retomando suas praças perdidas, mas também garantindo outros novos territórios para a conversão. Na opinião de Vieira, todos estes temas estão relacionados com o especial contexto da Restauração Portuguesa e, seus escritos, estão carregados de sentidos complementares. Nos textos políticos e proféticos, sermões e cartas que Vieira produziu sobre o Maranhão e Grão-Pará, antes mesmo de pisar nestas terras, há narrativas e indícios importantes que aproximam a história da conquista lusa destes territórios com o projeto universal do Quinto Império.

O período em que Vieira esteve no Maranhão, entre 1653 e 1661, tem relação com um projeto maior, de redenção e conversão geral da gentildade cujo papel atribuído à nação portuguesa é central. Esta noção, chamada por alguns historiadores de lusocentrismo vieiriano, alicerça muitos dos escritos do jesuíta, e não apenas os textos proféticos (MARTINI, 2011). Como se sabe, uma parte da fortuna crítica do famoso jesuíta considerou essa uma fase distinta e, em certo sentido, contrária ao período chamado “diplomático”, nos anos de 1640. Por outro lado, parece cada vez mais importante compreender tais fases a partir da ideia de continuidade, e não de ruptura ou incoerência. Não há no *corpus* documental vieiriano nada que evidencie uma mudança radical de posição entre o Vieira “diplomata” e o Vieira “missionário”. Este artigo versa exatamente sobre a fase de transição, em que o jesuíta ainda não cruzou o Atlântico, para assumir a missão do Maranhão, mas já incluía esse imenso território nos seus escritos.

Vieira não era o único. A noção que concebe os portugueses como um “povo eleito por Deus” pressupõe, segundo Alcir Pécora, um exercício comunal para a sua execução histórica. Desse modo, para Vieira, assim como para outros letrados do período, os portugueses deveriam se reunir em uma comunidade cristã ao modo de uma monarquia ideal, que deveria garantir instrumentos necessários para a conversão de judeus e índios. Esta ideia, claro, tinha forte conexão com a expansão ultramarina. Nesse sentido, o Brasil

e o Maranhão, inclusive a Índia, eram fundamentais. (PECORA, 2008, pp. 21-25; MACEDO, 2014, pp. 76-78.) De fato, muitas de suas cartas, escritas entre 1641 e 1652, trazem com frequência a menção ao território do Maranhão, entre os vários comentários sobre acordos com a França e os Países Baixos. Da mesma forma, Vieira já tinha consciência das conveniências e características próprias da navegação para a Amazônia portuguesa. Para o jesuíta, o Maranhão oferecia uma conexão com o reino “muito mais fácil e livre, e de menos risco”, e isso deveria servir aos propósitos da guerra com Castela. (VIEIRA, 1925, p. 219)

O rio Amazonas sempre despertou interesse no jesuíta. Vieira já especulava sobre suas dimensões e sobre as nações indígenas que habitavam esse imenso labirinto fluvial. A descoberta de novas rotas, franqueada pela imensidão do Amazonas, é compreendida aqui, ao mesmo tempo, como possibilidade de novas áreas de expansão missionária. Não há, portanto, contradição nos dois movimentos. A localização estratégica do Maranhão, entre o Brasil e o Peru, também será objeto da avaliação que Vieira faz da guerra luso-castelhana no seu famoso Papel Forte. (VIEIRA, 1951)

Amazônia e a guerra luso-castelhana

A região do Maranhão, Grão-Pará e Cabo do Norte, antes mesmo da Restauração portuguesa, se tornou palco de incursões estrangeiras motivadas principalmente pela condição de fronteira que essa região possuía. Da mesma forma, as crônicas de época chamavam atenção para as potenciais vantagens desta localização geográfica na exploração do comércio de especiarias, pelo acesso rápido ao mar do Caribe. Como se sabe, foi ainda durante a permanência de Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640) que esta fronteira foi integrada ao sistema político europeu, com a instituição do Estado do Maranhão, em 1621. Esta nova unidade política, bem ao gosto do estilo castelhano de governo, era formada por capitanias reais e particulares.

Após a expulsão dos franceses do Maranhão, Alexandre de Moura deu continuidade às expedições portuguesas pelo interior do território próximo ao delta do Amazonas (REIS, 1993, p. 07). Ao analisar esta expansão, Rafael Chambouleyron entende que o estudo do “espaço” que compreendia o antigo “Maranhão” deve levar em consideração a relação dinâmica e de conflitos envolvendo europeus, índios, mas também os africanos, apesar da presença tardia deste último grupo. (CHAMBOULEYRON, 2010, pp. 29-35.) As missões jesuíticas, a partir do século XVII, como se sabe, iniciaram um eficiente sistema de conversão do gentio ao longo das margens do grande rio Amazonas. Nas décadas de 1650 e 1660, a própria obra vieiriana vai traçar um perfil amplo desta expansão da fé, ao integrá-la numa história maior da expansão lusa pelo mundo. Ao mesmo tempo, Vieira deixa claro, em vários momentos, sua dívida com jesuítas que estiveram antes dele na Amazônia portuguesa, como o padre Luís Figueira, fundador da própria missão. (LEITE, 1990.)

Para parte da historiografia, o Estado do Maranhão foi considerado uma região à parte do processo de ocupação do Estado do Brasil, este último pautado na economia

açucareira e no comércio transatlântico de escravos africanos principalmente da rota angolana. Rafael Chamboleyron, por exemplo, desenvolve essa perspectiva, demonstrando que o Maranhão tinha outra experiência oceânica não voltada para o Atlântico Sul, mas sim para a parte equinocial do Atlântico norte. (CHAMBOULEYRON, 2008, pp. 187-204). Para Vieira, mesmo adotando termos bem distintos, existe a consciência das diferenças entre as duas regiões da América portuguesa.

Em meio a diversas ameaças aos territórios luso-americanos, Vieira no final da década de 1640 concebe formas alternativas de proteger o que restou da guerra contra Castela e das invasões neerlandesas. Nesse caso, os territórios próximos ao rio Amazonas teriam um papel destacado. Para Vieira, os imensos corredores fluviais, capazes de atingir em pouco tempo as Índias ocidentais, o Peru e o Caribe, justificariam a participação dos luso-maranhenses em qualquer projeto de proteção desta parte do mundo. (VIEIRA, 1925, pp. 134 e 135.) Vieira também especula, como outros na época, sobre outras conexões, a exemplo da ligação entre o Amazonas e o rio da Prata, por onde seria possível alcançar o Chile e as minas que a Espanha tinha ali. Acessando a bacia platina, pelo Rio de Janeiro ou São Paulo, o percurso se faria “terra adentro” até chegar a seus afluentes. Assim, escreveu o jesuíta ao Marquês de Niza, em 1648:

Também se pode intentar a conquista do Rio da Prata, de que antigamente recebíamos tão consideráveis proveitos pelo comércio, e se podem conseguir ainda maiores, se ajudados dos de S. Paulo marcharmos, como é muito fácil, pela terra dentro, e conquistarmos algumas cidades sem defesa, e as minas de que elas e Espanha se enriquece, cuja prata por aquele caminho se pode trazer com muito menores despesas. (VIEIRA, 1925, p. 135)

Vieira acreditava que este percurso seria o melhor para efeito da guerra, pois a rota a ser feita levaria os portugueses eventualmente até o mar do Sul ou Pacífico, pelo Estreito de Magalhães. Segundo ainda o jesuíta:

Quanto às conquistas de Castela, a primeira que pode entrar em consideração é a de Chili, que está no mar do Sul em altura de 38 graus. Fácil de conseguir pela pouca resistência dos portos, é das ricas e proveitosas que se podem emprender, tanto pelo que é em si, como por ser passo para as serras e minas do Peru, em que estão depositados os maiores tesouros das índias Ocidentais; e pode ajudar muito a esta navegação o porto do Rio de Janeiro, que fica no meio da viagem, e é mui capaz de nele se refazerem os navios, e se proverem do necessário. Contudo, eu não seria de parecer que por aqui se começasse a guerra ou conquista das índias: porque é a viagem compridíssima, que se não pode fazer em menos de sete ou oito meses, havendo de passar os navios pelo estreito de Magalhães [...]. (VIEIRA, 1925, pp. 135 s 136.)

Nesta mesma linha, Vieira apostava no apoio logístico e bélico dos nativos da região. Vieira sabia, na ocasião em que escreveu sobre a guerra entre luso-brasileiros e holandeses na Bahia, em sua Carta Ânua de 1626, que os índios do Estado do Brasil poderiam ser soldados fieis. Em relatos anteriores, de cronistas laicos e de missionários, já se apontava a importância da força bélica nativa no combate aos holandeses. Neste campo, os moradores e autoridades portuguesas dependiam, em larga medida, dos missionários na negociação do apoio indígena. Em especial, os jesuítas no Estado do Maranhão foram

fundamentais nesta interlocução, sobretudo no trato das línguas indígenas. (CARDOSO, 2002, pp. 205-207.) Na Carta Anua, de 1626, o jesuíta narra os sucessos dos soldados nativos na expulsão dos holandeses da Bahia. Segundo Vieira, mesmo com a situação de miséria dos soldados, sem comida e sem pólvora, “não havendo em todo o arraial mais que um barril mui pequeno” e se “sustentando só de farinha de guerra, sem mais do que uma pouca de água”, este conseguiu recuperar a praça com o auxílio nativo. (VIEIRA, 1924, pp.39 e 40.) Sobre os índios guerreiros, Vieira acrescenta:

Não ficaram aquém nesta empresa os índios frecheiros das nossas aldeias; antes eram a principal parte do nosso exército, e que mais horror metia aos inimigos, porque, quando estes saíam e andavam pelos caminhos mais armados e ordenados em suas companhias, estando o sol claro e o céu sereno, viam subitamente sobre si uma nuvem chovendo frechas, que os trespassavam, [...] não se atreviam a resistir, porque, enquanto eles preparavam um tiro de arcabuz ou mosquete, já tinham no corpo despedidas do arco duas frechas, sem outro remédio senão o que davam os pés, virando as costas; mas nem este lhe valia, porque, se eles corriam as frechas voavam e, descendo como aves de rapina, faziam boa presa; e ainda que não matavam algumas vezes de todo, todavia, como muitas eram ervadas, ia o veneno lavrando por dentro até certo termo, em que lhes dava o último da vida. Entre estes índios se avantajavam uns na destreza do atirar, outros no ânimo de acometer, mas em geral se experimentou em todos os desta capitania grande ódio aos contrários e maior fidelidade aos nossos, porque, sendo assim que muitos negros de Guiné, e ainda alguns brancos, se meteram com os holandeses, nenhum índio houve que travasse amizade com eles, o que foi muito particular e especial mercê de Deus, e indústria também dos nossos padres, os quais sempre, e agora mais que nunca e com mais eficácia, os instruíam na fé, intimando-lhes o amor que deviam ter a Cristo, e lealdade a Sua Magestade. (VIEIRA, 1925, pp. 40 e 41.)

Outros jesuítas defendiam que os índios deveriam ter um papel central nas guerras portuguesas, sempre sob a coordenação dos próprios padres, seus líderes espirituais. Para Vieira, o papel nativo seria mais alargado na defesa da Restauração brigantina, incluindo a construção de fortificações e a vigilância do território. Em carta a D. João IV, já existe uma relação entre a conversão das almas e a defesa da independência lusa:

[...] e se pregar aos índios a fé de Jesus Cristo, sem mais interesse que o que ele veio buscar ao mundo, que são as almas, e houver quantidade de religiosos que aprendam as línguas, e se exercitem neste ministério com verdadeiro zelo; não há dúvida que, concorrendo a graça divina com esta disposição dos instrumentos humanos, os índios se reduzirão facilmente à nossa amizade, abraçarão a fé, viverão como cristãos, e com as novas do bom tratamento dos primeiros trarão estes após de si muitos outros, com que além do bem espiritual seu, e de todos seus descendentes, terá também a república muitos índios que a sirvam e que a defendam, como eles foram os que em grande parte ajudaram a restaurá-la. (VIEIRA, 1925, pp. 313 e 314.)

A integração dos índios convertidos aos negócios da monarquia portuguesa parece ser, em si mesma, um dos objetivos da conversão. Portanto, além dos serviços nas lavouras e na extração de drogas nos sertões, os índios para Vieira deveriam exercer uma das suas atividades mais conhecidas: a guerra. Dessa forma, a imensidade do território amazônico poderia resguardar suas fronteiras no contexto perigoso da guerra hispano-lusa. É bom lembrar que, como aponta Rafael Chamboleyron, a política

portuguesa sobre fronteiras, apesar do grande incentivo durante o período da integração à Monarquia Hispânica, só começava a ganhar definição na segunda metade do século XVII, quando a Coroa passou a “controlar, incentivar e ordenar diversos aspectos dessa conquista, como o povoamento, as atividades econômicas, a reprodução da força de trabalho e o comércio”. (CHAMBOULEYRON, 2011, pp. 91-107.) Não por acaso que, no labirinto de canais que eram os rios da região, os nativos e suas canoas poderiam ser fundamentais.

As próprias missões religiosas, muitas vezes, desempenhavam um papel relevante na ocupação de áreas consideradas perigosas. As cartas do padre Vieira, escritas nos anos 1650, tratam ocasionalmente sobre esse tema. (VIEIRA, 1928, p.431.) Quanto à guerra luso-castelhana, além do projeto de utilização direta da força bélica indígena nas batalhas que viessem a ocorrer no Atlântico Equatorial, Vieira também expõe em carta ao Marquês de Niza uma antiga proposta. Na ocasião, o cardinal Mazarino havia prometido a Portugal socorro na guerra contra Castela, oferecendo 6.000 soldados com a condição de que El-Rei D. João IV pagasse a França todos os anos 160 mil cruzados, com a concessão de mais duas praças marítimas. O Marquês de Niza, responsável pelo sucesso do acordo, oferece somente a praça africana de Tânger. Vieira contraria tal proposta, pois acreditava que, caso se firmasse o acordo, os soldados portugueses, nascidos e criados em Tânger, não se submeteriam a um rei estrangeiro. Vieira então argumenta que:

Todas as considerações que V. Ex. faz sobre Tânger são de conhecida e praticável conveniência; só na dos soldados se me representa dificuldade, porque aqueles cavaleiros de África quase todos são nascidos e casados ali, e obrigá-los a que fiquem sujeitos a rei estranho é cousa em que entendo não virão nunca; persuadi-los também a que deixem pátria, casa, mulher e filhos (e isto a um povo inteiro e de soldados que depende de tantas vontades e tão livres) é negócio não fácil de compor e levar ao cabo, e que, quando se houvesse de empreender, convém que seja com grande destreza e secreto, porque a vizinhança de Castela, e o exemplo de Ceuta, os não convidem a se entregarem primeiro ao castelhano do que nós os entreguemos ao francês. Lembra-me que, falando-se outra vez em semelhante caso, se apontou que aquela gente se passasse a povoar o Maranhão, e se eles quisessem vir nisso, ainda que fosse fazendo-lhes S. M. mercês, seria grande conveniência. (VIEIRA, 1925, p.160.)

Portanto, estava claro que os territórios portugueses do Atlântico equatorial e seus habitantes, portugueses ou nativos, tinham um papel dentro de projetos maiores sobre a guerra com Castela. As “conveniências” de um espaço de fronteira não poderiam ser ignorados. Para Vieira, entretanto, a questão não se resumia apenas a manobras militares. Com efeito, a geopolítica vieiriana também admitia que o destino destas terras se articulava com o dever da própria cristandade, e que poderia ser objeto das profecias.

Uma geografia profética

Para Helidacy Corrêa, os espaços reconquistados no antigo Estado do Maranhão foram inseridos em “práticas e estratégias administrativas complexas” que permitiram

uma comunicação mais intensa entre diferentes setores da vida portuguesa, que incluía a economia, a política e a Igreja, na preservação de um território considerado terra do meio, ou de fronteira. Dessa forma, todas as atividades relacionadas à guerra dependiam, para além das estratégias, necessárias, da compreensão da dimensão mística que explicaria o destino dos territórios cristãos. Nesse sentido, a atividade missionária estava inserida dentro de uma política, a um só tempo, restauracionista, belicista, providencialista e profética. Acima de tudo, Vieira compreendia que a lógica profética informada pelo estudo das profecias antigas permitia ver uma geografia mística ou profética que incluía, entre outros tantos territórios, o Brasil e o Maranhão (CORRÊA, 2011, pp. 25-79). Segundo o jesuíta:

Digo primeiramente, que o texto de Isaías se entende do Brasil, porque o Brasil é a terra que diretamente está além e da outra banda da Etiópia como diz o Profeta: *quae est trans flumina Aethiopiae*, ou como verte e comenta Vatablo: terra, *quae est sita ultra Aethiopiam (quae Aethiopia scatet fluminibus)* e o hebreu ao pé da letra tem *de trans flumina Aethiopiae*. A qual palavra—*de trans*— como notou Malvenda, é hebraísmo, semelhante ao da nossa língua. Os Hebreus dizem—*de trans*— e nós dizemos, detrás; e assim é na geografia destas terras, que em respeito de Jerusalém, considerado o círculo que faz o globo terrestre, o Brasil fica imediatamente detrás de Etiópia. (VIEIRA, 1998.)

A própria noção de “espaço” em muitos textos de Vieira, como *História do Futuro*, guarda bastante semelhança com profecias antigas. A hidrografia, com seus rios infinitos e caudalosos, possibilitou a investidura dada por Vieira ao Maranhão, a partir da profecia de Isaías, de *Terra cymbalo alarum*, que significa “terra que tem sinos com asas”. Tal descrição fazia alusão ao *maracá*, instrumento musical indígena, e as embarcações que se chamavam *maracatins*, derivado da palavra *maracá* e, portanto, significando *cymbalo* ou *sinos* para os hebreus. Segundo o jesuíta, para o profeta Isaías, “a terra de que fala, é terra que usa embarcações, que tem nome de sinos; e estas são pontualmente os maracatins dos Maranhões”. (VIEIRA, 1998, pp. 305-309.) Assim, estava claro que as características físicas do mundo tinham significados maiores que guardavam relação com o destino final destes lugares.

Os *maracatins* também podem ser descritos como um tipo de canoa utilizada pelos indígenas na Amazônia. Nada mais apropriado, pois Vieira sabia que o combate aos holandeses no Maranhão era principalmente de natureza fluvial, com embarcações utilizadas também como navios de guerra pela altura das bordas do rio ao modo de trincheiras. (CARDOSO, 2012, pp. 275 e 276.) O padre Vieira, em carta ao Provincial do Brasil, em 1654, descreve a facilidade da fabricação das canoas nativas, feitas a partir de um só tronco de árvore. Para Vieira:

É um louvar a Deus. Tudo isso se arma e se sustenta sem um só prego, o que não se ver em uma canoa para o intento, pois todo o pregar se supre com o atar, e o que havia de fazer os ferros fazem os vimes, a que também chamam cipó, muito fortes, com que as mesmas da canoa se atracam; e tudo quanto dela depende vai tão seguro e firme como se fora pregado. (VIEIRA, 1925, pp. 373 e 374.)

Quanto ao estilo da guerra que se fazia com tais embarcações, o jesuíta utiliza como exemplo a sua utilização pela nação *nheengaiá* que, combatendo os portugueses escravistas:

Usa esta gente canoas ligeiras e bem armadas, com as quais não só impediam e infestavam as entradas, que nesta terra são todas por água, em que roubaram e mataram muitos portugueses, mas chegavam a assaltar os índios cristãos em suas aldeias, ainda naquelas que estavam mais vizinhas às nossas fortalezas, matando e cativando; e até os mesmos portugueses não estavam seguros dos Nheengaibas dentro em suas próprias casas e fazendas, de que se vêem ainda hoje muitas despovoadas e desertas, vivendo os moradores destas capitánias dentro em certos limites, como sitiados, sem lograr as comodidades do mar, da terra e dos rios, nem ainda a passagem deles, senão debaixo das armas. (VIEIRA, 1925, pp. 556 e 557.)

A interpretação dada por Vieira em *História do Futuro*, a partir do versículo 44 do Livro do profeta Daniel, é bem ilustrativa. Para Vieira, o mundo conhecido após os descobrimentos era um mundo novo, no sentido de que poderia corrigir os erros do Velho Mundo, ou auxiliar aquele na concretização de um destino comum. Nesse caso, o papel do Maranhão poderia revelar-se, pois aquelas terras eram, dentro de um Novo Mundo, um mundo mais novo ainda. Esta questão perpassa vários campos do discurso vieiriano, patente de todo modo na sua interpretação do messianismo régio, o Joanismo. No campo bélico, com a guerra de Restauração contra Castela atingindo seu ponto mais decisivo, esta geografia vieiriana não estava, por outro lado, em discordância com a ideia segundo a qual o reino de Portugal teria um papel proeminente no estabelecimento de um Império cristão na terra. Ao contrário, apesar da relevância de Portugal, e principalmente da cidade de Lisboa nesse projeto, as quatro partes reunidas do mundo tinham, cada qual, o seu papel específico, embora por vezes não tão claro:

O mundo que conheceram os antigos se dividia em três partes, África, Europa, Ásia: depois que se descobriu a América, acrescentou-lhe a nossa idade esta quarta parte, espera-se agora a quinta, que é aquela terra incógnita, mas já reconhecida, que chamamos de Austral. Este foi o mundo passado, e este é o mundo presente, e este será o mundo futuro: e destes três mundos unidos se formará (que assim o formou Deus) um mundo inteiro. Este é o sujeito da nossa história, e este o Império que prometemos ao mundo. Tudo o que se abraça o mar, tudo o que alumia o Sol, será sujeito a este quinto Império. [...] Todos os reinos se unirão a um centro, todas as cabeças obedecerão a uma suprema cabeça, todas as coroas se rematarão a uma só diadema e esta será a penha da Cruz de Christo. (VIEIRA, 1998, pp. 32 e 33.)

Assim, para Vieira, a América, embora fosse nova para os homens da terra, estava somente oculta para aqueles que sabiam interpretar devidamente as escrituras. Por outro lado, Vieira não ignora que, mesmo sem conhecer a palavra Dele, os índios já viviam nessas terras, “novo para nós, que somos os sábios; mas para aqueles bárbaros, velho e muito antigo”, dizia com ironia o jesuíta. Aqui, e em toda a extensão do capítulo XII de *História do Futuro*, Vieira já argumenta ser a América portuguesa como a *Terra oculta* nas Sagradas Escrituras, chamada pelo profeta Isaías de Austral. (VIEIRA, 1998, pp. 232-338.)

É bom lembrar que, para muitos especialistas, a obra *História do Futuro* não seria um livro específico, mas fruto de uma reorganização de diversos textos dispersos, reunidos no decorrer do período entre 1645-1661. (MUHAMA, 2007.) Em seu processo inquisitorial, Vieira esclarece que seu projeto profético se iniciou com a composição

de uma outra obra, mais tarde nomeada *Clavis Prophetarum*, composta supostamente entre 1645 e 1646, período anterior a sua estadia no Maranhão. Parte do que se tornou a conhecida *História do Futuro* estaria inserida originalmente em *Clavis Prophetarum*, que só foi finalizada no final de sua vida, já no colégio dos jesuítas na Bahia. A maturidade dessa obra, composta ao longo de vários anos, já apresenta um Vieira desencantado com o panorama profético que traçou anos atrás. Entretanto, a relação entre a missão luso-maranhense e o destino profético dos portugueses parece ser um dos pontos mais estáveis da obra vieiriana.

São essas interferências cronológicas que tornam a cronologia das obras proféticas do padre Antônio Vieira um tanto controversas. Censuradas em vários sentidos, a carta *Esperanças de Portugal* e a *História do Futuro*, tornaram-se ideias incompreendidas pelo Santo Ofício em vários sentidos. Em primeiro lugar, por não acreditarem que Bandarra era o verdadeiro profeta e que D. João IV ressuscitaria; em segundo lugar, para a Inquisição as profecias antigas já interpretadas, deveriam seguir a linha da *Bula Tridentina de 1514*² e, portanto, não deveriam sofrer novas interpretações. (MARTINI, 2011, pp. 88 e 89.)

Nesta geografia profética, os rios e mares obviamente são fundamentais. Nos sermões, e nas obras proféticas, o *mare Magnum*, que no Velho Mundo é o mar Mediterrâneo, ajudaria a entender o papel do próprio Amazonas. Para Vieira, o Mediterrâneo, antes grandioso e insuperável, começaria a ceder espaço para o mar de água doce, o Amazonas, que de tão poderoso deveria ter um papel importante para o devir da cristandade. Da mesma forma, o jesuíta interpreta certos “detalhes particulares” deste imenso rio, que o profeta Isaias teria descrito como *ad populum terribilem e cujus diripuerunt flumina terram ejus*, terra de gente terrível e cujos rios as terras dividem. Essa gente terrível são os *brasis*, gente da terra do Brasil, que habita mais particularmente a “província” do Maranhão, já que é nesta província em que os rios são infinitos, maiores e os mais caudalosos do mundo. (VIEIRA, 1998, pp. 298-301.)

O conjunto da obra vieiriana sugere uma correlação entre variados pontos do território português no Atlântico. Para o jesuíta, entender o oceano, a complexidade de sua travessia e exploração, a funcionalidade de suas correntes marítimas, não está tão distante de uma leitura profética do mundo. Vieira conhecia, nesse sentido, as características próprias da navegação entre Maranhão, Europa e o Caribe, cujo sistema de correntes oceânicas tornava a jornada sempre favorável. Hoje em dia, os historiadores e geógrafos sabem que a dinâmica da corrente Norte-Equatorial age contrariamente ao sentido das correntes do Atlântico Sul, que segue o sentido anti-horário, tornando relativamente simples qualquer viagem entre Maranhão-Portugal, por exemplo. Na geografia profética, esta conexão sugere mais do que uma ligação fortuita. (CARDOSO, 2012, pp. 173-179.)

Quer seja por crença nas profecias, quer seja por um exame pragmático das circunstâncias, ou pelos dois motivos, Vieira acreditava que a ilha de São Luís, assim

² Em 1546 se estabeleceu no Concílio de Trento um decreto papal onde se decidiu que ninguém poderia interpretar as escrituras sem o consenso da Igreja. Ver: BEDOUELLE, G. Biblical interpretation in the Catholic Reformation. In: HAUSER, A. J.; WATSON, D. F. (eds). *A History of Biblical Interpretation*, v. 2: The Medieval through the Reformation Periods. Grand Rapids, Michigan, Cambridge, UK: William B. Eerdmans Publishing Company, 2009, p. 431.

como outras ilhas do Atlântico Norte, como as ilhas do Caribe, Açores e Cabo Verde, tem sua própria existência ligada ao destino de Portugal. Na guerra contra Castela, essas ilhas serviriam perfeitamente como bases avançadas, preparadas ao mesmo tempo para vigilância como para eventuais ataques. Na verdade, essas ilhas já eram escala natural das rotas comerciais dos navios portugueses e espanhóis. Em carta ao Marquês de Niza, em 1648, Vieira abordou as peculiaridades das ilhas atlânticas e sua funcionalidade:

E intentando-se, seria eu de parecer que se não começasse pela terra firme, senão em alguma das muitas ilhas que ali há ou no canal de Panamá, com que se fecharia o comércio, ou em outro sítio daquelas entradas, que se tiver por mais acomodado. Esta ilha servirá como de praça de armas, onde as naus se possam recolher e refazer, e ainda lavrarem-se muitos mantimentos, que de tudo são capazes por sua grandeza e fertilidade algumas daquelas ilhas. (VIEIRA, 1925, p. 167.)

O que estamos chamando de textos proféticos, por outro lado, não se resumem as obras escritas durante o processo de Vieira junto à Inquisição, e que tem suas publicações tardias, mas a um conjunto maior da obra vieiriana. Estão, assim, presentes em cartas, sermões e escritos políticos. Não há motivos para pensar sentidos contraditórios nessas variadas formas de manifestação letrada. Não por acaso, para autores como Besselar e Adma Muhana, a profecia do Quinto Império de Vieira já poderia estar sendo formulada já nos primeiros anos de 1640. Da mesma forma, não se pode esquecer que toda a obra profética do jesuíta foi revisada, primeiramente por ele, e depois pelos seus algozes e, mais tarde, publicada, só em 1718, com o aval da Companhia e do Tribunal do Santo Ofício. O livro profético inacabado, *História do Futuro*, consta de sete manuscritos apógrafos, em folhas desordenadas. Esta obra tardia e reconstruída ao gosto das reflexões de um velho Vieira é a única obra profética do jesuíta que inclui uma análise específica sobre o papel do Maranhão nas profecias sobre o Quinto Império.

O Maranhão Profetizado

Em sua obra *Cartas de Antônio Vieira*, de 1925, João Lúcio de Azevedo descreve a motivação da vinda do jesuíta para as missões do Maranhão. Desenganado com a política restauracionista e seus insucessos diplomáticos, Vieira “escolheu” o Maranhão para iniciar sua obra espiritual. Mesmo se tratando de um período não analisado no texto dissertativo, sua convicção em vir para essa Província, “onde pouco havia alguém da Companhia de Jesus”, com clara certeza foi estimulado pelo seu pensamento político-profético. (VIEIRA, 1925, pp. 269 e 270.)

Reconhecendo as vantagens que o Maranhão possuía pela proximidade com Portugal é comum intuir que a referência à Providência Divina e a predestinação cristã no livramento das almas nativas já eram efeitos no pensamento de Vieira antes mesmo de 1653. Em carta ao príncipe D. Teodósio, no momento de sua chegada ao território amazônico, o jesuíta, já com pouco esforço, pelo embaraço de sua saída de Portugal,

reconhece que “agora começo a ser religioso”, esperando na bondade divina o sucesso da missão nesta região. Ser “agora religioso” para o padre Antônio Vieira não significava se desfazer de sua unidade teológico-política, mas sim apresentar o espaço privilegiado que o Maranhão e a Amazônia ocupavam no Quinto Império vieiriano. (VIEIRA, 1925, p. 301.)

A necessidade da Monarquia Hispânica em conquistar e evangelizar este novo território se fez presente desde a expedição jesuítica do padre Luís Figueira, primeiro padre da Companhia a dar início à conquista espiritual, principalmente na região entre o Tocantins e o Xingu. Diante de uma perspectiva promissora, o padre Figueira, inicialmente por decretos de Felipe IV, e depois já atendendo as ordens do rei restaurador, estabeleceu missões e também participou dos projetos de guerra contra os holandeses na restauração do Maranhão. (MORAES, 1987, pp. 149-151.)

Vieira, já no Maranhão, em 1653, escreve em carta ao Provincial do Brasil, que seguiria “os desígnios do Padre Luís Figueira” e também as ordens do rei D. João IV, em edificar casas e igrejas neste território. Desta maneira, como analisam Karl Arenz e Diogo Costa, o conhecimento prévio das potencialidades da região a mando da Igreja e da monarquia portuguesa eram não somente um empreendimento espiritual, mas também político (ARENZ & COSTA, 2012). Exemplo disso foi o que ocorreu na serra de Ibiapaba, situada no extremo norte da Província do Ceará, e a primeira missão evangelizadora do padre Figueira, que comandou expedição em 1607. O interesse nos índios da região, os Tabajara, aliados dos holandeses, justificavam qualquer esforço no sentido de sua conversão.

Pensando dessa forma que, mesmo perdendo a sua posição estratégica a partir de 1650, Antônio Vieira ainda organizou uma missão incompleta à serra de Ibiapaba, em 1656. O objetivo da missão, além de converter os índios Tabajara, era garantir que os nativos da região não passassem novamente como aliados dos holandeses. A quantidade de aldeias e almas não convertidas passava de mil e seiscentas, representando para Vieira um elevado número de fiéis, e por isso pretensas almas a serem convertidas. Sendo assim, lembremos do tema central do Quinto Império vieiriano, que se afirma na reconstituição do Mundo e da cristandade através da mediação divina entre a Igreja e os reis portugueses. Dessa forma, o indígena na projeção vieiriana, situado em maior parte no território do Maranhão, torna-se o instrumento espiritual da realização dessa profecia. (VIEIRA, 1925, pp. 482 e 483.)

Além disso, qualquer empreendimento missionário impulsionava não só uma ação espiritual, mas também um trabalho em conjunto entre a Coroa e a Igreja. A missão ao Maranhão, contando também com a serra de Ibiapaba, significaram para o jesuíta, plenos sinais da Graça Divina, como afirma em sua *Relação da missão da Serra de Ibiapaba* (1660). Segundo Vieira: “Verdadeiramente parece que tem mostrado Deus que quer esta missão se continue e que os padres se não saiam dela. [...] Sem dúvida tem Deus provido àquelas almas este meio de sua predestinação, e é infalível haver-se de conseguir”. (VIEIRA, 2003, p. 191.)

O grande interesse na geografia do Maranhão parece evidente na correspondência vieiriana. Vale como exemplo a carta remetida ao Conde de Ericeira, em 23 de maio de 1689. Na carta, Vieira adverte Ericeira que nem todos os negócios tratados entre ele e o

rei foram compreendidos pelos ministros por se tratarem de negócios sutis e particulares. Escreve o jesuíta:

[...] Quero dar a V. Ex.^a uma notícia, que ninguém tem nem teve: e é que os negócios a que El-Rei muitas vezes me mandava eram mui diferentes do que se podia cuidar, ainda entre os ministros mui interiores [...]. Seja exemplo quando parti para o Maranhão. Sendo o meu intento querer antes arriscar a vida pelo Rei do Céu que pelo da terra, cuidaram muitos que aquela resolução não era minha, senão de El-Rei e a muito diferente fim. (VIEIRA, 2003, p. 551.)

Tal finalidade, para os ministros que “não percebiam as sutilezas” de seus negócios, a ida ao Maranhão seria para verificar a passagem a Quito e daí a Lima, pelo rio Amazonas, afim de se chegar a Potosí, onde era governador da região o Duque de Escalona, primo de Felipe IV. Essa frágil suspeita, levantada por alguns ministros, como o conde da Torre, contribuiu para o desconforto gerado entre Vieira e a Corte portuguesa.

Os “mistérios” sobre os negócios do Maranhão, gerenciados por Vieira, são ainda pouco discutidos pelos seus estudiosos, bem como a própria proposta de retirada de D. João IV para governar os Açores, após a celebração do casamento do príncipe D. Teodósio com a filha do Duque de Orléans, caso a manobra fosse aceita pela França. Além de governar as ilhas do arquipélago, El-Rei governaria também o território do Pará e do Maranhão. Projeto nunca concretizado fora justificado pela historiografia, e pela fortuna crítica vieiriana, nos moldes do que fez J. Lúcio de Azevedo, ao reivindicar a falta de unidade e de coerência nas ações do famoso padre. Em geral, uma parte da historiografia vem insistindo na falta de coesão entre as fases da vida de Vieira, cujo exemplo mais evidente seria a distância entre o “Vieira diplomata” e o Vieira missionário. Por outro lado, um olhar mais cuidadoso sobre os escritos proféticos pode ajudar a pensar, em outros termos, o tema da fragmentação da personagem vieiriana, pois a missão, em geral, e a missão do Maranhão, em particular, nunca estiveram ausentes dos seus escritos proféticos ou políticos.

CONCLUSÃO

Como bem disse Russell-Wood (1998), “foi o mar que deu sentido ao vasto mundo português”... e “Mar grande” era, para os portugueses, o significado da palavra “Maranhão”. Sem o intercâmbio que ocorreu de Norte a Sul do Atlântico, entre Europa, África, Ásia e América, muitas ideias abordadas por Vieira e outros religiosos, assim como os relatos de viagens de seus desbravadores, jamais teriam sentido, ensejando o sistema de rotas comerciais criadas para abastecer o comércio entre os reinos e as conquistas. Por isso, os descobrimentos são carregados de sentidos na obra vieiriana. Nela, é possível ver a onipresença da relação entre o Velho e o Novo Mundo e a representação providencialista das realizações marítimas dos portugueses.

Encabeçando um projeto que se reorganiza em uma unidade discursiva, diante de múltiplos escritos, Vieira consegue dar sentido a elementos providencialistas e messiânicos. Consegue também agregar novos elementos e interpretações; e, traz

para articular seu projeto do Quinto Império, novos lugares associados à lógica dos descobrimentos, relacionando as duas grandes entidades políticas da América lusa: o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão.

Os processos de conquista e exploração econômica do Maranhão destacam a sua singularidade, percebida pelo padre Antônio Vieira anos antes da sua vinda para essa região. Mesmo assim, não temos como afirmar se o que Vieira escreveu sobre o Maranhão em sua obra profética *História do Futuro* fez parte do que vivenciou em sua experiência missionária neste território. Entretanto, através da interpretação das profecias anteriores é possível afirmar que Vieira concebia no seu projeto da “Quinta Parte do Mundo”, um papel para aquele território, principalmente no contexto da guerra luso-castelhana.

Quanto à relevância do pensamento profético e universalista do Padre Antônio Vieira, na política restauracionista e na guerra luso-castelhana, este artigo tentou contribuir para uma outra reflexão sobre a presença dessa imensa região, que alguns historiadores começam a chamar de Atlântico equatorial, nos seus planos político e espiritual. Para tanto, o texto faz uma reflexão sobre as partes desse Novo Mundo que se integram a partir de um plano maior, dando a esses espaços papéis específicos na nova política restauracionista.

A partir daí podemos concluir que: o Maranhão, assim como outras regiões, a exemplo do próprio Estado do Brasil, o Caribe, o Cabo do Norte e até mesmo a África e a Ásia, têm papéis definidos no devir do projeto universalista vieiriano, cabendo a Portugal/Lisboa a importância e a realização desses acontecimentos, o Maranhão também ganha destaque na interpretação das profecias, já que o fim primeiro do Quinto Império era a conversão geral da gentilidade e o fim da heresia. Para o jesuíta, a missão do Maranhão, vontade de Deus e do reino de Portugal, tornava suas esperanças mais próximas da realização desta utopia.

REFERÊNCIAS

- ACUÑA, Cristóbal de. Sacerdote, 1597-1675. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Trad. de Helena Ferreira – Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- ARENZ, Karl e SILVA, Diogo Costa. “Levar a luz de nossa santa fé aos sertões de muita gentildade”. Fundação e consolidação da missão jesuíta na Amazônia portuguesa (século XVII). In: *Herança Jesuítica* (2012). Acessado em: www.jesuiticaheranca.blogspot.com.br.
- BARBOSA, Leonardo Soares. *O Quinto Império: pragmatismo e profecia nos escritos do Padre Antônio Vieira*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.
- BESSELER, J. Van den. Introdução. In: *Antônio Vieira: História do Futuro* (Livro Antepimeiro). Ed. Crítica. Münster, 1976.
- BESSELER, J. Van den. *Antônio Vieira: Profecia e polêmica*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- CARDIM, Pedro e SABATINI, Gaetano (Eds). *Antônio Vieira, Roma e o Universalismo das Monarquias portuguesa e espanhola*. Lisboa: Centro de História de Além-mar/Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores/Università Degli Studi Roma Tre/Red Columnaria, 2011.
- CARDOSO, Alírio Carvalho. *Insubordinados, mas sempre devotos*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- CARDOSO, Alirio e CHAMBOULEYRON, Rafael. “Fronteiras da Cristandade: Relatos jesuítas no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)”. In: DEL PRIORE, Mary & GOMES, Flavio. *Senhores dos Rios. Amazônia, Margens e História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- CARDOSO, Alírio. *Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Salamanca: tese de doutorado (História) apresentada à Universidad de Salamanca, 2012.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. A Amazônia colonial e as ilhas atlânticas. *Canoa do Tempo* - Revista do Prog. Pós-Graduação de História, Manaus vol. 2, nº. 1, 2008.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açai, 2010.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. “MUITA TERRA... SEM COMÉRCIO”. O Estado do Maranhão e as rotas atlânticas nos séculos XVII e XVIII”. In: *Outros Tempos*; Volume 8, número 12, dezembro de 2011 – Dossiê História Atlântica e da Diáspora Africana.
- CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. “Para aumento da conquista e bom governo dos moradores”: o papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e colonização do território do Maranhão (1615-1668). Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.
- CORTESÃO, Jaime. *O Ultramar português depois da Restauração*. Obras Completas, XX; Portugal Editora, Lisboa, 1967.
- COSTIGAN, Lúcia Helena (org). *Diálogos da conversão: missionários, índios, negros e judeus no contexto ibero-americano do período barroco*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.
- DE AZEVEDO, João Lúcio. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999.
- DE MARTINI, Marcus. *HISTÓRIA DO FUTURO E PROFECIA DO PASSADO: o pensamento profético de padre Antônio Vieira face aos autores antigos e modernos*. In: Revista Aletria, nº especial, jul-dez de 2009.

- ERICEIRA, Conde de. *História de Portugal Restaurado*. Lisboa. Na Officina de João Galvão, ano de 1679. Acessado em: <https://books.google.com.br>
- GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do Mundo: história de uma mundialização*. Tradução: Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago – Belo Horizonte: Editora UFMG: São Paulo: Edusp, 2014.
- HANSEN, João Adolfo. “José van den Bessler, Antônio Vieira: profecia e polemica”. In: Antônio Vieira and the Luso-brazilian Baroque. Editors: Thomas Cohen and Stuart B. Schwartz; vol. 40, number 1, 2003, The University of Wisconsin Press. 114
- HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: A construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MAGALHÃES, Leandro Henrique. *Padre Antônio Vieira e a economia portuguesa na época da restauração*. Revista de História Regional 11(1), Verão, 2006.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. *O jovem rei encantado. Expectativas do messianismo régio em Portugal. Séc. XIII-XVI*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste. 1641-1669*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MENDES, Margarida Vieira. *A Oratória Barroca de Vieira*, Lisboa, Caminho, 1989.
- MENDES, Margarida Vieira. Vieira no cabo de não: Os descobrimentos no livro Antepimeiro da História do Futuro. In: SEMEAR 2, PUC- Rio, 1997.
- MORAES, José de (Pe.). *História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará*. Colégio do Pará, 1789. Editado pela Editorial Alhambra, Rio de Janeiro, 1987.
- MUHANA, Adma. “Do Processo de Vieira na Inquisição”. In: *Asas da Palavra – Revista de Letras – Belém: UNAMA, v. 10, n. 23, 2007.*
- PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira – 2ª edição – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008.*
- PÉCORA, Alcir. *Sermões: a pragmática do mistério*. In: VIEIRA, Antônio. Sermões, Tomo II / organização e introdução Alcir Pécora, São Paulo: Hedra, 2001.
- VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandeses*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- VAINFAS, Ronaldo. “Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa”. In: *Tempos*, julho de 2009.
- VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do rei – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.*
- VIEIRA, Antonio. *Cartas do Padre Antonio Vieira*, coordenada e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, Tomo Primeiro, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1925.
- VIEIRA, Antônio. *Cartas do Brasil; organização e introdução João Adolfo Hansen*. São Paulo: Hedra, 2003.
- VIEIRA, Antônio. *Sermões; organização e introdução Alcir Pécora*. São Paulo: Hedra, 2001.
- VIEYRA, Antônio. *História do Futuro: livro Antepimeiro Prolegomenos a toda a história do futuro, em que se declara o fim, & se provão os fundamentos della; matéria, verdade, et utilidade da história do futuro*. Belém: SECULT/IOE/PRODEPA, 1998.
- VIEIRA, Antônio. “Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo, primeira e segunda vida de El-Rei D. João o quarto. Escritas por Gonsalvanes Bandarra e comentada pelo Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus e remetidas pelo dito ao Bispo do Japão, o Padre André Fernandes”. In: *De Profecia e Inquisição*. Brasília – Senado Federal, 2001.

VIEIRA, Antônio. “Papel a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses”. In: *Obras Completas*, pref. e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, vol. III, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1951.

VIEIRA, Antônio. *Cartas do Padre Antônio Vieira*, Tomo I, II e III. Coordenadas e anotadas por João Lucio de Azevedo. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

SOB A SOMBRA DE MAQUIAVEL: operacionalidade política colonial portuguesa, esboço para um estudo maior

Under Machiavelli's shadow: Portuguese colonial political operability, sketch for a larger study

Samuel S. da Silva¹

RESUMO

Esse artigo busca compreender as várias *nuances* em torno do pensamento político de Nicolau Maquiavel sob um viés diferenciado. A propósito de esclarecer que o mito do maquiavelismo, que aponta para Maquiavel como o formulador original da política moderna, não possui correspondente no real-histórico. Consistindo, por outro lado, em uma fantasia *hazazélica*, enraizada numa memória de longa duração disposta a não reconhecer a responsabilidade de suas ações, recorrendo para tanto à mitologia maquiaveliana numa tentativa de desviar as atenções de sua nudez exposta e escancarada pelo pensador italiano. A velha e moderna Europa, por outro lado, através de exercícios políticos efetivos construiu uma mentalidade política voltada, a despeito de sua mitologia maquiaveliana, para uma devoção ao concreto, que, não conjecturando, mas debruçando-se sobre táticas que funcionem, e resultem no sucesso tribal-continental imediato. Mesmo não estando sob a égide do suposto pensamento maquiaveliano, o *pensamento e ação política transatlânticos* de modo algum se omitem de suas raízes europeias, sendo importados e cravados no continente americano que desde o momento inicial da colonização desbrava, apossando-se de tudo e todos, absolutamente conscientes, de certo modo, de sua superioridade ideológica, militar, política e supremacia de seus deuses em detrimentos das deidades e conjunturas dos povos conquistados.

Palavras-chave: Europa, Maquiavel, política

¹ É Graduado (UFT) e Mestre (UFMA) em História, doutorando no Programa de Pós-Praduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), História e Conexões Atlânticas, na linha poderes, com ênfase em Maquiavel, Bodin, pensamento político e mentalidade política europeia. Atualmente é residente no TO/Brasil. Contatos: 55 (63) 981380810 – e-mail: samuelsimaodasilva@gmail.com

ABSTRACT

This article seeks to understand the various nuances surrounding Nicolaus Machiavelli's political thought from a different perspective. The purpose is to clarify that the myth of Machiavellianism that points to Machiavelli as the original formulator of modern politics has no correspondent in real-history. Consisting, on the other hand, of a hazazélica fantasy, rooted in a memory of long duration disposed not to recognize the responsibility of his actions, resorting to Machiavellian mythology in an attempt to divert attention from the nakedness exposed and made public by the Italian thinker. Old and modern Europe, on the other hand, through effective political exercises, built a political mentality that, despite its Machiavellian mythology, is devoted to the concrete, not conjecturing, but focusing on tactics that work, and result in immediate tribal-continental success. Even if not under the aegis of the supposed Machiavellian thought, the transatlantic political thought and action in no way omits its European roots, being imported and embedded in the American continent that since the initial moment of colonization has been unraveling, taking possession of everything and everyone, absolutely aware, in a way, of its ideological, military and political superiority and the supremacy of its gods over the deities and circumstances of the conquered peoples.

Keywords: Europe, Machiavelli, politics

Introdução

Os séculos XV e XVI estão marcados por acontecimentos que definitivamente abalaram as estruturas do mundo de então, ao expandir as fronteiras europeias como nenhum outro império o fez antes na história, provocando uma revolução devastadora, tanto na cultura europeia, como nos povos conquistados nas terras colonizadas nessa etapa. Não é exagero, e não é gratuito estilisticamente que uso aqui o conceito de revolução, mas no seu mais claro significado de uma viragem total e completa entre as civilizações envolvidas nesse fenômeno. Ainda hoje seus efeitos são e estão tão presentes em nosso modelo de civilidade, cravado em nosso ideário social, político e fantástico que de certa forma incapacita-nos de uma leitura do real presente e passado memorial, se não por um viés eurocêntrico.

Um fenômeno parecido, mas não (creio eu) comparável, está na história europeia em sua antiguidade recente, através de Roma. Tamanho foi o impacto daquela civilização que não podemos se não ficarmos estarecidos ou pelo menos dispostos a concordar e verificar que a expansão europeia dos séculos XV e XVI parece retomar o espírito romano de conquista de modo mais amplo e violento. A aniquilação dos povos ameríndios pela truculenta força militar europeia, e as pestes que os acompanhavam, como um cortejo de morte, não só possibilitou a extinção de vários povos americanos, como promoveu por meio da, não menos violenta, ideologia católica, uma aculturação dessas populações, incinerando-as e provocando uma bizarra amálgama entre o ideário cristão e as crenças

desses povos. A violência que esses povos americanos tiveram que enfrentar não foi uma fatalidade, no sentido de que era algo improvável, pois esse modelo de colonização correspondia ao *modus operandi* europeu. Sobre os romanos, Montesquieu lembrava que estes “conquistaram tudo para destruir”. Evitando anacronismos, Roma a seu tempo construiu sua magnificência e grandeza estabelecendo-se sobre aquilo que estava em sua própria natureza bélica, “o saque, o tributo e os escravos eram os objetivos centrais do engrandecimento, tanto meios como finalidades para a expansão colonial” (ANDERSON, 1994, p. 28). Sem perder o estilo e efeito dramático aqui nessa sentença de Perry Anderson, poderíamos aplicar o mesmo argumento ao fenômeno de expansão europeia ocorrido entre os séculos XV e XVI que resultou na conquista do continente que então já era denominado Americano, e ao comércio de escravos ocorridos no mesmo período, com pessoas que eram arrancadas do continente africano para a América, muitas das quais nem mesmo conseguiam completar a travessia tamanha era a violência que envolvia a captura e transporte dessas pessoas para as colônias americanas (REDIKER, 2011, p. 13).

A colonização ocorrida a leste do cone sul pelos portugueses evidentemente não seria uma exceção a essa regra. A mentalidade do colonizador português ao desembarcar no continente é a de um homem que não carrega os entraves da mentalidade medieval voltada em seu conjunto mais amplo para a contemplação. O homem moderno europeu, em uma abordagem generalizante, está voltado para a *práxis* (*homo faber*). O paradigma medieval que estava ruindo após as fronteiras do conhecimento começarem ser violadas, escapando ao monopólio da Igreja, gerando uma anomalia sistêmica não comparável culturalmente, pois a Europa não se tornou do dia para noite uma civilização voltada, em sua integralidade, sedenta pelo conhecimento, a mentalidade cristã a acompanhava, mas ressignificada pela Reforma, e pelas descobertas no campo do pensamento técnico e científico.

O fortalecimento da burguesia mercantil é, de certo modo, o pivô e epicentro dessas transformações, que, já incomodada com os entraves de uma aristocracia parasitária de um lado e do clero de outro, precisava com base em novos valores lançar os fundamentos de uma plataforma divergente da Europa contemporânea. O engessamento, de certa forma, da Igreja foi um dos principais fatores de sua decadência, abrindo e alimentando o espaço para as críticas e apelos por reformas que seriam responsáveis pela conseqüente individualização da fé. A igreja não deixaria de reagir, e a contra-Reforma foi, por outro lado, o modo de demonstrar seu descontentamento desenvolvendo uma política militante que não deixará de deixar suas marcas nas colônias espanhola e portuguesa, principalmente.

Conhecer esse processo de transformação ocorrido nesse período de modo a desanuviar as razões e o significado da colonização para o europeu pode ser uma direção plausível. A matriz mais íntima do pensamento político europeu, a mentalidade cristã católica, o modelo romano, como inspiração das transformações injetadas pelos humanistas italianos. É possível e necessário incluir o pensamento de Maquiavel nessa discussão, o melhor dizendo, o que tem Maquiavel a ver com isso?

1 Renascimento científico e mentalidade europeia

A escola de Atenas de Rafael Sanzio é sem dúvida uma das obras mais celebradas do Renascimento Italiano que servirá de modelo para a Europa do século XVI. Nesse afresco estão dispostos, como em um palco, algumas das mais brilhantes mentes da Grécia clássica, distribuídas como protagonistas no processo de desenvolvimento do pensamento humano. Uma demonstração de talento e perspectivas únicas, além de uma homenagem à cultura grega. A centralização de Platão e Aristóteles na obra demonstra não só o apresso pela filosofia desses filósofos da antiguidade grega, mas revela um debate que persiste deste a Grécia antiga até os nossos dias. A dualidade entre o céu e a terra, a luz e a escuridão, a vida contemplativa e a prática concreta da vida diária. Na obra é possível verificar Platão à esquerda apontando para o céu, em uma referência clara a sua teoria das ideias e ao seu lado está o jovem Aristóteles que em oposição aponta em outra direção, à terra, ou vida material, tangível, com suas formas e sensações reais palpáveis e classificáveis, podendo desse modo ser transformadas por meio da interferência direta do homem.

Durante o Renascimento, supondo que tenha acontecido um, o pensamento greco-romano desponta como central para as formulações do período. O período moderno tenta imaginar-se como herdeiro dessas culturas, crendo estar mais próximo deste do que a temporada logo imediata, o medieval. Não há, no entanto, uma ruptura real, algo no sentido de uma descontinuidade em relação ao período medieval. “É uma ilusão”, segundo Delumeau, “procurar uma ruptura clara na trama contínua do tempo” (DELUMEAU, 2011, p. 7).

Como acontece após a recuperação da enfermidade, com a saúde plena tendemos a esquecer os momentos que precederam o salutar vigor. A modernidade tenta em vão desvincular-se da idade média. Apesar de ser observado como mero precursor de uma era de brilhantismo, a idade média guarda em seu seio todo o brilho de um Agostinho, dono de uma argúcia filosófica capaz de empalidecer a arrogância de seus herdeiros modernos. A própria Divina Comédia de Dante pode ser e deve ser observada como uma síntese, em termos filosóficos e teológicos, da Suma Teológica de Tomás de Aquino, mesmo que em sua estrutura e estilo pegue de empréstimo de Virgílio e sua Eneida. Se a reforma foi uma forma de racionalização da fé, individualizando o acesso do crente às benesses divinas, seu mentor não deixara, ainda assim, de acreditar no sacrifício da missa, e seus principais defensores não deixam de recorrer à autoridade dos padres.

A descrença em uma continuidade não anula sua verdade. As crenças humanas podem se extinguir diante da ausência da fé do crente, mas o fato social e os aspectos físicos relacionados a sua transformação independem da crença. As forças que atuam nas transformações históricas, mobilizando o pensamento e irrompendo em revoluções, possuem sua própria consciência, essa ordem será, ao seu tempo, o que configurará os aspectos mais caros de um tempo e civilização.

Mesmo declarando-se órfãos, se verá que o período moderno é devedor da idade média, é um devedor mal pagador, por assim dizer, um não-órfão que se nega a reconhecer o seio materno que o nutriu. Nossas ideias, no entanto, não são entidades autógenas, e é com razão que Febvre enfatiza que “há uma genealogia, uma longa e necessária genealogia das ideias” (FEBVRE, 2009, p. 25), e é dentro dessas genealogias que Maquiavel se torna

possível, que é possível conceber a *Vênus* de um Sandro Botticelli ou a *Escola de Atenas* de Rafael, é nessa corrente que se enrijece os vários elos do pensamento reformista e as observações de Galileu. Esse domínio temporal não conseguiria isolar-se, mesmo se assim o quisesse. Para que os atores entrem em sena, é preciso que tenham o *script* e o palco já armado.

O que torna possível as descobertas científicas do período Renascentista, portanto, é esse acumulado de saberes humanos inseridos dentro de sua sociedade institucionalmente imaginada, penetrada e interseccionada pelas reminiscências temporais deixadas as margens ou não da sua história, agindo em íntimo pela polifonia de suas formas e crenças. A exemplo disso temos as técnicas de navegação aperfeiçoadas no período moderno que possibilitaram aos exploradores do período navegarem cada vez mais distantes, se arriscando mais e mais adentro do oceano Atlântico.

O Renascimento, pode-se dizer, ao seu modo, e não em oposição ao seu período anterior, foi marcado por vários avanços, desde a teoria política, as artes plásticas, e a formação de uma mentalidade mais presa as necessidades humanas imediatas. Assim temos Maquiavel que busca em seus antepassados (em tese) uma prática política que estivesse voltada para a efetividade das coisas e não para um conjunto de normas, sem correspondente a realidade humana. É o que podemos chamar de racionalização da prática política. Isso estava em pleno acordo com as camadas sociais que se destacavam no comércio nesse período. O aperfeiçoamento das técnicas náuticas do mesmo modo possuía um interesse prático econômico. As rotas comerciais terrestres, após a conquista de Constantinopla pelos Turcos, serão substituídas por rotas marítimas de custo mais vantajoso.

Os burgueses possuíam preocupações bem reais, ligadas aos interesses imediatos, às necessidades do comércio. Esses indivíduos estão *racionalizando* sua forma de viver e sua *práxis* social. *Racionalizar* aqui significa comunicar um sentido lógico e prático para as ações, sejam elas políticas, econômicas ou religiosas. Esse sentido é a justificativa apropriada capaz de ser respaldada pelas instituições vigentes ou pelo exemplo dos antigos, assim que, segundo Maquiavel, é dever do homem prudente escolher, dentre as más resoluções, a melhor.” (MAQUIAVEL, 2004, p. 83).

2 Violência política: o modelo Romano

O capítulo III do *Príncipe* de Maquiavel traz a máxima de como gerenciar as colônias que ofereçam dificuldades no trato com seu soberano, segundo ele, “Os homens devem ser mimados ou exterminados” (MAQUIAVEL, 2002, p. 122, a). A Demonstração de insubordinação colonial não deve ser tolerada pelo príncipe que busca apaziguar por outros meios àqueles que já demonstraram disposição para o conflito armado. Nessa direção, alerta ao príncipe que “não deve permitir um mal para evitar uma guerra, porque uma guerra não pode ser evitada, ela pode apenas ser adiada” (MAQUIAVEL, 2002, p. 128, a). Esse modelo de ação busca de imediato a resolução do dilema para o príncipe, que, caso não se posicione poderá perder o controle sobre a colônia, além de colocar

sua própria vida em risco. A consciência de que os homens agem de acordo com seus interesses é o que autoriza o príncipe tomar medidas que garantam a permanência da ordem. A violência imposta em busca da ordem, note-se, não é considerada um mal, mas como um modelo técnico de ação para contenção dos ânimos dos súditos caso estes não tenham compreendido seu papel em relação ao príncipe e seus domínios.

A racionalização da técnica política, ou a justiça de sua ação, é o que, em simultâneo, autoriza a disposição do príncipe, como também é o que o exime de culpa, o que proporciona a autonomia da ação em relação à moral estabelecida como regras sociais, não configurando-se um amoralismo, mas uma desvinculação do conjunto de normas sociais típicas do homem comum. A dinâmica política ganha um novo *status* de autogoverno e operacionalidade, por possuir seu próprio conjunto moral. Essa ética política, no que lhe concerne, está restrita ao ambiente do trato político, não de um vale-tudo, mas de uma classificação clara do que deve ou não ser praticado em política. Não se pode tolerar uma ação imoral na política, “ou reputar como virtude a matança dos concidadãos, a traição dos amigos, a ausência de fé, de piedade e de religião” (MAQUIAVEL, 2002, p. 158, a).

Desse modo, a truculenta ação militar romana sob Cartago, por exemplo, que resultou em sua aniquilação em 146 a.C., não deve ser observada como gratuita ou caótica, do ponto de vista político, mas como resultado de uma organização militar e política refinadamente organizada, disciplinada e racionalizada. Os romanos foram, por assim dizer, um dos grandes engenheiros da violência político-militar na antiguidade que ao contrário dos gregos decidiram levar a campo sua teoria política, possibilitando tornarem-se senhores do mundo (BEARD, 2017, p. 20-25).

A ação política, como recomenda Maquiavel, individualiza esta, tornando-a mais eficaz, já que não encontra obstáculos de qualquer outro gênero, mas possui como guia sua própria conceituação do bem e mal, do justo e injusto. Não é a contemplação que se visa mais sua eficácia, daí a necessidade de uma *práxis* política. A virtude da política está na execução efetiva de ações que busquem manter o estado em paz e segurança. Maquiavel reproduz o pensamento romano e observa suas ações, por meio da história, para delas apoderar-se e ressignificá-las. Antes então de suas máximas no *Príncipe*, que tanto escandalizaram seus concidadãos, Cícero já havia advertido, “a virtude afirma-se por completo, na prática, e seu melhor uso consiste em governar a república e converter em obras as palavras que se ouvem nas escolas” (CÍCERO, 2011, p. 12).

3 Contemplação e ação, *homem moderno*

O homem renascentista caminhava para mais autonomia, mas o percurso nem sempre é fácil, pois exige amadurecimento e tempo. Como uma criança, que ao mesmo tempo em que dá os primeiros passos não deixa de se encantar com o fenômeno, não se importa com eventuais tombos, pois a descoberta o absorve totalmente. As inúmeras contradições observadas nesse período não são, portanto, uma demonstração de descuido, mas, sim, a demonstração dos primeiros passos de uma nova mentalidade, de um novo modelo de racionalidade.

A definição da Renascença como um período inteiramente inverso ao período anterior imediato se deve em grande medida a Burckhardt. O homem do medievo, para ele, vivia envolto por um véu em estado de semivigília aguardando o momento da remoção desse véu de ingenuidade infantil, por assim dizer, possibilitando-o desvencilhar-se do seu caráter infantil apontando para uma compreensão de si, não mais como apenas membro de uma “raça, povo, partido, corporação, família ou sob qualquer outra das demais formas do coletivo” (BURCKHARDT, 2009, p. 145).

Essa autonomia do sujeito em relação ao seu grupo social o permite explorar-se mais em sua individualidade e potencialidades. É no período moderno que um Cesar Borgia se torna possível e que Da Vinci se insurge com toda uma personalidade que o destaca dentre outros. O indivíduo pode atribuir-se potencialidades. Na política surgem as noções do Estado como obra de arte, nas artes o elemento criador também está presente. Ligeiramente falando, observa-se um nível maior de consciências dos sujeitos e seu papel nos rumos da sociedade transformando essa a sua imagem e semelhança. Mesmo que a Europa do período se estarreça num primeiro momento com a descoberta do continente americano, fazendo-a questionar seu protagonismo no mundo, isso é momentâneo, e logo retoma a consciência de sua singularidade em detrimento dos povos encontrados, pondo-as em condição de servidão aos senhores do mundo e mestres dos mares. Desse modo, a Europa retoma sua centralidade política, social e cultural. Ora, o que é o *eurocentrismo* se não a manifestação da projeção continental desse individualismo que desponta com força nesse período?

A hipervalorização da cultura europeia em detrimento das demais é resultante desse estado de individuação que desponta, pela reforma religiosa, a conscientização da ação política com caráter próprio, e a arte como manifestação da individualidade e talento singular do artista. A Europa sente-se autorizada a disseminar-se e construir um mundo centralizado nos valores e crenças europeias, é o paradigma eurocêntrico.

Durante o período moderno surge (é preciso repetir) uma nova categoria de homem. Um ser voltado para a prática, para o empírico. Distanciando-se do confessionário aproxima-se cada vez mais do seu eu mais íntimo. É o nascimento do antropocentrismo que pretende opor-se ao modelo medieval. No entanto, todos os esforços no sentido de demonstrar esse distanciamento do paradigma imediatamente anterior desenvolve um salto em direção à antiguidade clássica, compondo-se herdeiro desse mundo, alegando e pretendendo reviver a glória da civilização clássica e deserdando-se do seu legado imediato, como um príncipe que recusa sua filiação a Europa moderna tornou-se adulta e dona do seu próprio destino.

4 Ampliando as fronteiras “por mares nunca dantes navegados”

Segundo John Thornton, em seu estudo sobre *a África e os Africanos na formação do mundo Atlântico (1400 – 1800)*, “as navegações europeias no Atlântico durante o século XV iniciaram um novo e inaudito capítulo na história da humanidade” (THORNTON, 2004, p. 53). Verdade é que, a penetração europeia no Atlântico despontou-se provocando um

intenso fluxo de pessoas e produtos, tirando os povos encontrados e a própria Europa do isolamento cultural, gerando uma *transculturalidade* entre essas civilizações, em que pela força bélica e ideológica a Europa saiu em vantagem.

A expansão marítima estende as fronteiras europeias até aos confins, “por mares nunca dantes navegados” (CAMÕES, 2017, p. 27) cantara Camões. Essa empreitada europeia deixará marcas profundas em nossa história e no modo de pensar dos povos colonizados; e ao lado de Gibbon, que sentenciou sobre a ainda presente marca da influência romana no Ocidente, podemos com convicção afirmar que essa revolução será lembrada para sempre. Talvez não pelo evento propriamente dito, mas pelo seu caráter violento ao lidar com os povos colonizados, que foram marcados não só pelo ferro, mas ideologicamente em seus espíritos com as crenças de seus algozes. A mutilação da cultura dos povos ameríndios ainda hoje pode ser observada nas políticas sociais, religiosas que garantidamente ainda estão atuando no sentido de terminarem a hedionda tarefa eurocêntrica.

A sobrevivência do espírito romano pode ser sentida na própria abertura do poema de Camões, quando evoca não as musas, como faziam os poetas gregos Homero e Hesíodo, inicialmente, mas aos barões e as armas de deixando escapar desse modo sua intimidade com o poeta romano Virgílio e sua infiltração pela índole bélica daqueles de quem Virgílio é levado a exaltar em seu poema.

Ao evocar as armas e os Barões, Camões não só nos dá uma pista dos rumos de seu canto, mas também da disposição dos portugueses em sua empreitada. Assim como Virgílio, que ao seu tempo exalta a destruição dos povos latinos habitantes da península itálica, Camões, também, por seu turno, busca justificar as ações lusitanas pelo comando e proteção das divindades cristãs, e apela para que estas não se indignem ou se armem contra esse pequeno ser que já está atormentado por enganos terrestres e terrores marítimos (CAMÕES, 2017, p. 79).

O espírito aventureiro da Europa moderna se sintetiza na carta direcionada aos reis católicos por Colombo em 1503, “o mundo não é tão grande como diz o povo”. O aventureiro não só nos dá uma ideia do entusiasmo vivido no período pelas navegações, como retrata, por outro lado, a maneira como as descobertas foram gradativamente responsáveis pela fragmentação e enfraquecimento dos mitos europeus que confinava a Europa ao seu espaço vital, o mundo não era tão grande afinal. À medida que a Europa adentrava mais no grande mar, os contos e lendas, mitos e monstros eram deixados em seguida, deixando o espaço livre para o empreendimento das navegações e conquistas.

A partilha das terras descobertas fora organizada e legalizada por uma série de bulas autorizando as conquistas e garantido a posse destas, como, por exemplo, a bula *Inter coetera* que oferecia aos reis católicos o direito de posse sob as terras conquistadas, sob a ressalva de que estas não pertencessem a príncipes cristãos. (AQUINO, LEMOS, LOPES, 2008, p. 91)

Esse fato irá se repetir ao longo dos séculos posteriores, como segue o caso das bulas *Eximinae devotionis*, *Inter coetera* (04 de maio de 1493), *Dudum siquidem* e claro o *Tratado de Tordesilhas* (AQUINO, LEMOS, LOPES, 2008, p. 91) (que não é uma bula, mas um tratado, mesmo assim, cabe em nossa análise por estar diretamente relacionado as partilhas das terras descobertas), que como sabemos foi criado para solucionar arengas políticas entre Portugal e Espanha em relação às terras descobertas.

A partir desses pretextos os focos de conquista foram tornando-se comuns no continente Americano.

5 Da malícia do colonizador

O assalto ao continente americano constrói uma memória divergente aos povos conquistados. Essa memória artificial de longa duração é a narrativa do conquistador que se sobrepõe aos povos conquistados. Ao leste do continente americano no cone sul, os portugueses começam o processo de colonização cerca de 30 anos após o assalto, que se deu inicialmente pela exploração do pau-brasil, árvores típicas da mata atlântica a leste da colônia, hoje quase totalmente extinta.

As narrativas do colonizador, inicialmente carregadas de fantasia por seus mitos e credices, observam as terras conquistadas com um olhar totalmente eurocêntrico, e é daí que cria suas primeiras impressões da colônia. A presença de uma criatura fantástica no mapa, *Terra brasilis*, de Pedro Reinell e Lopo Homem (1519), é um exemplo do olhar quixotesco do colonizador.

O caso português é particularmente interessante. Na falta de eficácia da força militar, a Igreja surge com o auxílio necessário e executava o papel de adestrar e adocicar os nativos para o domínio do colono. Outro fato a se destacar é que as próprias missões exercem papel decisivo na ampliação das fronteiras da colônia (ALENCASTRO, 2000, p. 24).

Um pouco mais de três décadas da chegada dos portugueses uma nova política se instala visando fixar território ao mesmo tempo em que se aproveita das vantagens do comércio do açúcar. Portugal incentiva a criação de engenhos na colônia autorizando a compra e trânsito de escravos vindos da África, para inserção destes no trabalho nos canaviais da colônia. Essa política se mostra como extensão das várias tentativas de subordinar os nativos aos trabalhos compulsórios. A presença do negro africano na colônia encontra as mesmas justificativas eurocêntricas para o desenvolvimento do trato com os nativos, que em dado momento põe em dúvida a humanidade dessas pessoas. Por outro lado, o comércio e transporte de escravos africanos para a colônia encontrava outra justificativa, não menos violenta, aos olhos da igreja, era a possibilidade de conversão destes em terra estrangeira que longe de suas raízes tornar-se-iam permeáveis à influência cristã (ALENCASTRO, 2000, p. 182).

6 Onde está Maquiavel?

Esse esboço das atividades europeias nas terras encontradas durante o período de expansão territorial europeia, eufemisticamente chamado de grandes navegações, desde o despontar de uma mentalidade voltada para a descoberta, impulsionadas pela fantasia de herdade Greco-romana clássica, mostram não uma ação maquiavélica, no sentido que se construiu a noção do maquiavelismo atribuída ao pensador florentino, muito pelo contrário, o que se acredita tratar-se da efetivação de teorias maquiavelianas

são dentro de seu devido contexto referencial, parte essencial e integrante do *modus operandi* europeu.

Daí o argumento que sustento de que Maquiavel não estava, ao escrever o Príncipe, teorizando, no sentido entendido filosoficamente, de uma abstração filosófica capaz de formular compreensão do real facilitando o acesso a esse. Pelo contrário, a representação de Maquiavel enquanto pensador da teoria política original e genial nos faz crer na ausência de historicidade no estudo, do pensamento maquiaveliano. Mesmo um estudo histórico pode conter deslizes ao olhar atividades e mobilizações políticas desenvolvidas pelo Estado Moderno como ecos do pensamento maquiaveliano. Esse modo de observação impede de se observar e compreender as forças atuantes nas sociedades humanas que, como no desenvolvimento ideológico de nossas crenças e preferências tornam-se parte da própria mentalidade das sociedades. Essas forças tornam-se pela retificação e trato diário tanto o meio quanto objeto das ações sociais e suas coletividades.

Isso não significa que não haja uma relação entre o pensamento maquiaveliano e as práticas violentas maliciosas do modelo político ocidental, esse não é o ponto, e sim que essa relação se dá em sentido contrário, e não originária no pensamento descuidado e até certo ponto cortesão de Maquiavel.

Existe, e isso é inegável, uma relação entre o pensamento humano e nossas instituições, evidentemente, que remontam desde o momento em que nossos ancestrais aprenderam a caminhar sob duas pernas. As formações culturais humanas são devidamente construídas pela imaginação humana, o que faz com que boa parte de nossas instituições sejam desprovidas de existência concreta, pois sua existência é restrita ao imaginário, como é o caso da Instituição do Estado. O Estado, enquanto entidade real tangível, não existe. O que há, são nossas crenças na existência ordenadora capaz de fazer indivíduos desconhecidos cooperarem entre si (HARARI, 2020, p. 15-110). Do mesmo modo, o é a crença na justiça, liberdade ou qualquer outra fantasia que não possua materialidade própria, capaz de existir por si só sem a interferência humana. O que persiste desde sempre é a índole por dominação, e nesse sentido a imaginação humana não possui limites.

A violência manifestada pelo colonizador europeu não era uma novidade. Resultado de uma compreensão indevida, política e crime sempre andaram de mãos dadas, ou, como diria Mario Puzo, “A política e o crime são as mesmas coisas.”

Não é segredo todo o conjunto de práticas violentas exercidas pelos hebreus durante sua conquista da Palestina. Quando Moisés libertou os hebreus, segundo o texto sagrado, do Egito e os conduziu para Canaã, tinha conhecimento de que para conquistar seu objetivo precisaria muito mais do que o suporte de uma coluna de nuvem durante o dia e coluna de fogo durante a noite, ou até do maná. Era preciso que o elemento humano cooperasse, era preciso o uso da força por meio da violência direta contra os povos *pagãos* que habitavam a terra prometida².

² Leia-se os livros de Êxodo, Josué, juízes e I e II Samuel. Esses textos canônicos abordam toda a trajetória hebraica, desde a saída do Egito liderada pelo patriarca Moisés até o estabelecimento na Palestina. Moisés foi um líder militar nato, e transmitiu, após ser impedido, segundo o relato bíblico, por Jeová de entrar na terra santa, seu legado para o jovem general Josué que logo de imediato, conquistou a cidade de Jericó, localizada a nordeste de onde seria construída a cidade de Jerusalém.

A violência em cooperação com forças divinas não foram uma prerrogativa Hebraica apenas. Pelo contrário. Homero *canta* o mesmo fenômeno durante a Guerra de Tróia, como uma batalha entre as divindades do Olimpo e seus heróis semideuses, humanos e outras criaturas; e sobre Atena ele canta, “aqui vim por instrução de Atena, para planejarmos a matança dos inimigos” (HOMERO, 2014, 437).

Na antiguidade, esse recurso ideológico não era ignorado, muito menos as bênçãos atribuídas a seus principais heróis e guerreiros pelo seu uso. Não é sem razão ou propósito que a respeito de Davi foi dito que “o Senhor estava com ele,” (I SAMUEL. Cp.16, vs. 18. BIBLIA SAGRADA, 1985).

Quando Esopo conta-nos suas fábulas, heróis anônimos e selvagens, quer seja por virtude ou malícia, nos revela um universo carregado pela violência, engano, rapacidade e tortuosidade. Suas fábulas, “por outro lado”, de acordo com a professora de letras clássicas da USP, Adriane Duarte, “terminam muitas vezes por revelar o que há de perturbador nesse universo em que a violência dos mais forte e uma ética mais vinculada ao senso prático imperam sobre valores ditos mais nobres” (ESOPO, 2013, p. 23).

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Rubim Santos Leão de. LEMOS, Nivaldo Jesus Freitas de. LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. *História das sociedades americanas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trado dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade para o feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- BEARD, Mary. *SPQR: uma história da Roma Antiga*. São Paulo: Planeta, 2017.
- BIBLIA SAGRADA. São Paulo: Ave Maria, 1985.
- BURCKHARDT, Jacob Chirstoph. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CAMÕES, Luiz Vaz. *Os Lusíadas*. São Paulo: Landmark, 2017.
- CÍCERO, Marco Túlio. *Da República*. Brasília: Editora Kiron, 2011.
- DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Edições 70, 2011. (Coleção lugar da história).
- ESOPO. *Fabulas completas*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HARARI, Yuval Noah. *Sapiens, uma história da humanidade*. Porto Alegre, RS, 2020.
- HOMERO. *Odisseia*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *A mandrágora: peça em 5 atos*. São Paulo: Peixoto Neto, 2004. – (Os grandes dramaturgos).
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Ediouro, 2002. (Clássicos Ilustrados).
- REDIKER, Marcus. *O navio negreiro: uma história humana*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- THORNTON, John Kelly. *A África e o africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CRIME E CIDADE NO SÉCULO XIX: possibilidades investigativas

CRIME AND THE CITY IN THE 19TH CENTURY: investigative possibilities

Paulo Henrique Matos de Jesus¹

RESUMO

O presente artigo é uma reflexão sobre a escolha da cidade como objeto de estudo e espaço de experiências e vivências individuais e coletivas, compreendendo sua complexidade e a dificuldade de estabelecimento de um conceito, observando sua evolução e o papel da multidão enquanto autômatos adaptados à rotina do trabalho e fundamentais ao desenvolvimento; frequentadores sombrios da noite, por isso propensos ao crime; ameaça política atrelada às memórias da Revolução Francesa de 1789 ou, posteriormente, ao comunismo. Por fim, este artigo almeja verificar como a cidade de Paris se apresentava aos olhos dos literatos com seus espaços compostos por ambientes específicos e próprios para a ocorrência do crime antes e depois da reforma urbana realizada por Eugène Haussmann, modificando a vida social na cidade e repercutindo no crime e sua distribuição espacial.

Palavras-chave: Cidade. Multidão. Crime.

RESUMEN

Este artículo es una reflexión sobre la elección de la ciudad como objeto de estudio y espacio de vivencias y vivencias individuales y colectivas, comprendiendo su complejidad y la dificultad de establecer un concepto, observando su evolución y el papel de la multitud como autómatas adaptados a rutina de trabajo y fundamental para el desarrollo; asistentes nocturnos sombrios, por lo tanto propensos a la delincuencia; amenaza política ligada a la memoria de la Revolución Francesa de 1789 o, más tarde, al comunismo. Finalmente, este artículo tiene como objetivo verificar cómo la ciudad de París se presentó a los ojos de los alfabetizados con sus espacios compuestos por ambientes específicos propicios para la ocurrencia del crimen antes y después de la reforma urbana llevada a cabo por Eugene Haussmann, modificando la vida social en el ciudad y reverberando en el crimen y su distribución espacial.

Palabras clave: Ciudad. Multitud. Crimen.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

ABSTRACT

This article is a reflection on the choice of the city as an object of study and space for individual and collective experiences and experiences, understanding its complexity and the difficulty of establishing a concept, observing its evolution and the role of the multitude as automatons adapted to routine of work and fundamental to development; somber night-goers, hence prone to crime; political threat linked to the memories of the French Revolution of 1789 or, later, to communism. Finally, this article aims to verify how the city of Paris presented itself to the eyes of the literate with its spaces composed of specific environments suitable for the occurrence of crime before and after the urban reform carried out by Eugene Haussmann, modifying social life in the city and having repercussions on crime and its spatial distribution.

Keywords: City. Crowd. Crime

1 A cidade como objeto de pesquisa

Não é de hoje que as cidades enquanto espaços de experiências e vivências vêm se constituindo cativante objeto de pesquisa para estudiosos dos mais diversos segmentos das Ciências Humanas/Sociais (historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos) e de outros campos do conhecimento científico (médicos, engenheiros, arquitetos, sanitaristas) exatamente por sua capacidade de possibilitar a estes estudiosos a elaboração das mais variadas rotas analítico-interpretativas pensadas a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos próprios de cada um dos ramos que se debruçam sobre a análise do espaço urbano. Nesse sentido, a cidade se dissecava aos olhos do pesquisador cuja preocupação essencial deverá ser buscar meios eficazes de apreensão dos sentidos e representações que os habitantes possuem do espaço urbano em que vivem para, partindo desse ponto, compreenderem toda a complexidade desse objeto multifacetado.

Conforme Durkheim e Mauss (MAUSS, 1969 *apud* PESAVENTO, 1995, p. 280), sobre as representações enquanto campo teórico e próprio da Nova História Cultural:

A utilização deste conceito, [...] tornou-se uma categoria central para as análises da nova história cultural. O conceito, em si envolve uma série de considerações, a começar pelo pressuposto de que a representação implica uma relação ambígua entre ausência e presença. No caso, a representação é a presentificação de um ausente, que é dado a ver segundo uma imagem, mental ou material, que se distancia do mimetismo puro e simples e trabalha com uma atribuição de sentido.

A cidade enquanto conceito e categoria de análise é objeto de observação desde seu surgimento, durante a Antiguidade. Segundo Charles Monteiro (2012, p. 102):

O surgimento das primeiras cidades na Antiguidade Oriental marca um novo patamar de organização política, econômica, social e cultural. Na Grécia Antiga, a cidadela ou polis tornou-se o lugar da comunidade política por excelência. A República Romana organizou-se a partir de Roma, Cidade-Estado e, posteriormente, capital de um imenso Império. Na Idade Média, as cidades

tiveram um papel de centros de difusão do saber com a fundação das universidades de Bolonha, Paris e Oxford, entre outras, de capitais religiosas (como Roma e Avignon) e lugares de mercado (Londres, Paris, Lyon, Barcelona, Veneza, Genova, Florença). Na Idade Moderna surgem as cidades-capitais, centros burocráticos (Madri, Lisboa) que exploram os campos e os camponeses ao seu redor.

Todavia, torna-se premente problematizar e relativizar o uso da cidade, tanto como conceito quanto categoria de análise, visto que permite vasta compreensão que se estende desde os “[...] primeiros aglomerados humanos” (BRESCIANI, 1992, p. 11), passando pela “[...] ideia de uma vida urbana diferenciada da vida no campo” (BRESCIANI, 1992, p. 11) até sua completude no século XX como parte de uma longa jornada de evolução da sociedade. (BRESCIANI, 1992).

Por outro lado, a própria Bresciani complementa:

Existe, contudo, uma outra posição teórica que rompe com a concepção de continuidade no tempo como pressuposto de conhecimento das cidades contemporâneas. Esta opção [...] volta-se para as cidades associadas à ideia de modernidade, para o momento em que, na primeira metade do século XIX, são problematizadas em **questão urbana**, concebidas como espaço de tensões empíricas e conceituais, concepção que perdura na formulação do paradigma que orienta o **conhecimento** e a **vivência** nas cidades contemporâneas. (BRESCIANI, 1992, p. 12, grifo do autor).

É importante notar também que as aglomerações urbanas possuem importância diferente conforme a legislação, formas de distribuição de privilégios e tradições próprios de cada país, variando conforme a época.

Segundo Charles Monteiro (2012, p. 102):

Por exemplo: na Inglaterra, a denominação town correspondia não apenas a certa dimensão física da aglomeração, mas aos privilégios concedidos aos seus habitantes pelo Parlamento. No fim do século XVIII, na França, as distinções entre village, ville e cité que caracterizavam diferentes privilégios políticos, jurídicos e financeiros dos habitantes (burgueses, mercadores) foram abolidas pelo governo revolucionário, que concedeu a todas as aglomerações o título de ‘comuna’ igualando os seus direitos políticos.

Nesse sentido é possível pensar o processo urbanizador como um fenômeno que possui sua própria cadência, estando por vezes atrelado ao desejo de suprir o crescimento populacional e econômico, por vezes tentando prevê-lo ou conduzi-lo. Desta forma, é possível descartar a relação direta e determinante entre o avanço do processo de urbanização e as etapas do desenvolvimento econômico. Inclusive Charles Monteiro (2012) propõe que esse mesmo esforço de raciocínio seja aplicado aos trabalhos que se dedicam a analisar o processo de urbanização do Brasil. Todavia, não é objeto deste artigo o fenômeno da urbanização.

Avançando um pouco mais na discussão sobre cidade enquanto categoria de análise pode-se dizer que ela guarda em si aspectos de uma sucessão de temporalidades e sociabilidades que se constituem no amálgama que dá sentido à própria cidade. (ROLNIK *apud* MONTEIRO, 2012, p. 104). Monteiro prossegue em sua reflexão:

A cidade é uma realidade plural e polifônica, trama, rede de relações sociais, econômicas, políticas, culturais e simbólicas. Os diferentes sujeitos e grupos sociais se apropriam desse espaço, o experienciam e produzem representações (memórias e um imaginário) sobre ele, que visam a explicar a dinâmica própria desses grupos sociais se constituírem na cidade. Os grupos tanto constroem a cidade enquanto um tecido de relações sociais e representações, quanto são constituídos por ela. (MONTEIRO, 2012, p. 104).

Desta maneira, qual seria o balizamento para se pensar as pesquisas em torno da História da Cidade? Em que medida ela se diferencia de outros campos da pesquisa historiográfica? Como é possível o enquadramento desse campo de pesquisa?

Nem de longe é proposta deste artigo pensar todas essas questões. Todavia, são indagações pertinentes a todo aquele que deseja se aventurar nesse campo historiográfico tão multidisciplinar que permite ao historiador abordagens igualmente variadas. Entretanto, é importante ponderar que a preocupação dos historiadores com os estudos sobre a cidade iniciou-se somente a partir do século XIX em um cenário profundamente marcado pelo intenso fluxo migratório de pessoas do campo para a cidade e do acelerado processo de industrialização. Não apenas os historiadores despertaram suas atenções para os estudos sobre as cidades, mas, também pesquisadores de outros ramos das Ciências Humanas e Sociais, como por exemplo geógrafos e sociólogos.

Pondera-se que:

Os geógrafos com seus trabalhos sobre demografia e populações urbanas. Os cientistas sociais com suas pesquisas sobre os efeitos da urbanização e sobre o crescimento da criminalidade entre as classes populares, como os estudos da chamada Escola de Chicago nos EUA dos anos 1920. Noutra direção, George Simmel refletia sobre a vida mental da metrópole, na qual um conjunto enorme de novos estímulos produzia os seus efeitos sobre o homem moderno. (VELHO *apud* MONTEIRO, 2012, p. 105).

Os historiadores, por sua vez, preocupavam-se essencialmente em ver a cidade como componente explicativo do processo histórico. Em especial ligados ao avanço dos eventos capitalistas. Entretanto, ainda em bases muito dispersas e sem homogeneidade entre si. É somente a partir de meados do século XX, originando-se dos Estados Unidos e do Reino Unido, que os historiadores passaram a produzir estudos mais densos sobre o fenômeno urbano com seus problemas econômicos, sociais e de ocupação espacial. Tudo isso partindo de inúmeros centros de pesquisa que reuniam historiadores com as mais variadas perspectivas teóricas, mas, que tinham em comum o desejo de formalizar metodologias e divulgar a História Urbana como um novo campo da pesquisa historiográfica. (MONTEIRO, 2012).

Destacam-se, então, duas grandes perspectivas, segundo Charles Monteiro (SILVA *apud* MONTEIRO, 2012, p.106):

A História Urbana que se preocupava com pesquisas monográficas sobre as particularidades da formação urbana e social de uma cidade, e, por outro lado, a 'urban as a site' estudava a cidade e a explicava a partir de processos econômicos e sociais que se expressavam nela, mas também a ultrapassavam.

E continua: “Ou seja, buscava explicar dinâmicas sociais e econômicas que tinham seu *locus* privilegiado na cidade mais eram parte de dinâmicas muito maiores dentro do capitalismo”. (MONTEIRO, 2012, p. 106).

Ainda hoje em dia permanece o debate sobre o papel da História Urbana e os vários caminhos ou “portas de entrada conceituais que se apresentam como problemas a serem solucionados pontualmente” (BRESCIANI, 1992, p. 12) e que se constituem em maneiras investigação da cidade por parte dos historiadores brasileiros entre desde a última década do século XX. Tais maneiras de investigação da cidade seriam: do ponto de vista da questão técnica; da questão social; da formação das identidades sociais; da formação da sensibilidade burguesa; do lugar e o sujeito da História.

2 Cidade enquanto espaço de vivência: multidão, pobres, vagabundos, classes perigosas

Para fins deste artigo, destaca-se a maneira investigativa que percebe a cidade enquanto espaço de vivência com normas e produção cultural urbana que naturalizam comportamentos. A expansão industrial e a consolidação do capitalismo atrelado ao aumento do público leitor e a expansão do mercado editorial gera novas formas da multidão anônima se relacionar com o espaço urbano e viverem suas experiências nas metrópoles do século XIX. Nesse cenário recorre-se aos romances e novelas como nova perspectiva de análise desta nova dinâmica urbana. (BRESCIANI, 1992, p. 21).

Sobre o papel desempenhado pelos romances e outras produções literárias busca-se a reflexão de Charles Monteiro (2012, p. 108):

Baudelaire nos narra as imagens captadas pelo flâneur em suas andanças pela cidade em Pequenos Poemas em Prosa: a perda do halo do poeta em meio à lama do boulevard, o brinquedo da criança pobre e o olhar dos pobres diante no novo café. Uma experiência de perda, de fragmentação e de crise de identidade numa sociedade dívida e segregada socialmente. Nesse sentido, talvez um bom exemplo seja o livro *Os sete pecados da capital* de Sandra Pesavento.

Desta maneira, nota-se o quanto era desafiador para os literatos do século XIX apresentar representações da cidade em suas obras. Neste cenário destaca-se um novo personagem: a multidão.

De acordo com Maria Stella Bresciani:

Nenhuma questão se apresenta mais carregada de compromissos para os literatos do século XIX do que a *multidão*. Num momento em que o hábito de leitura se espalhava por todas as classes sociais, esse público em formação fazia uma exigência: encontrar sua imagem nos romances que lia. Entre outros, Victor Hugo, Baudelaire, Zola e Eugène Sue, na França, e Charles Dickens e Edgar Allan Poe, na Inglaterra, preencheram essa expectativa oferecendo à sociedade o espetáculo da sua própria vida. Ultrapassando os limites dos ambientes privados, da casa familiar, esses autores se colocaram na posição de observadores das cenas de rua. E, nas ruas, a multidão é uma presença. Seja na sua dimensão anônima, mecânica de massa amorfa, seja na apreensão de detalhes seus ex-

ploráveis até certo ponto, o movimento de milhares de pessoas deslocando-se por entre o emaranhado de edifícios da grande cidade compõe uma representação estética da sociedade. As populações de Londres e de Paris encontram-se com sua própria *modernidade* através dessa exteriorização: admiração e temor diante de algo extremamente novo. O ímpeto para esquadrinhar e tornar legível esse fluir constante tem muito a ver co'm uma intenção de conhecimento que implica a prévia experiência do *olhar* que divide e agrupa, que localiza e designa a identidade das pessoas por seus sinais aparentes. (BRESCIANI, 2008, p. 7, grifo do autor).

A viagem pela cidade e a observação da multidão na obra de Bresciani (2008) começa pelo olhar de Baudelaire que vê nas ruas parisienses um sem número de sujeitos em trânsito com destino às suas obrigações específicas de suas próprias realidades. Nesse cenário, o deslocamento da se apresenta como um comportamento mecânico e as pessoas são engolidas e anuladas em suas individualidades pelo grande centro - personagem principal desse olhar - se tornando uma massa amorfa e apenas parte minúscula e insignificante da multidão. O olhar de Baudelaire percebe a cidade enquanto cenário que se apresenta como aprazível mesmo quando horrendo.

Entretanto, deve-se notar que Paris acaba se dividindo em dois universos compostos por multidões díspares, mas, inda assim deslumbrante e encantadora: a Paris diurna e a Paris noturna, conforme Bresciani (2008, p. 12):

Paris da metade do século configura um espetáculo diurno, por completo diverso daquele que a noite encena. De manhã cedo, ainda de madrugada, 'o Sena se encontra deserto e Paris, como os velhos trabalhadores, esfrega os olhos enquanto empurra suas ferramentas: é a hora em que o trabalho desperta'. A cena urbana se vê ocupada pela multidão dos trabalhadores. Os personagens da noite são outros. 'A noite encantadora' é amiga do criminoso; até no momento lento e silencioso do passo do lobo se faz sua cúmplice. É bem verdade que a chegada da noite, da 'amável noite', também se faz desejada pelos que trabalharam; nessa hora o operário curvado pelo cansaço retorna ao leito. Esse configura, porém, um movimento de recolhimento, da intimidade circunscrita ao interior das casas. Os combatentes do dia se interrompem, os soldados do trabalho repousam, os demônios despertam e preenchem o espaço urbano. A multidão é outra. O formigar das prostitutas, os escroques atentos junto às mesas de jogo, os ladrões na sua labuta silenciosa: tais são seus componentes. Também o barulho da noite se faz com outros sons: o assobio das cozinhas, a algazarra dos teatros, o troar das orquestras, o ruído áspero e tenso das mesas de jogo.

Para alguns a noite não chega a ser tão encantadora. Ao contrário. Ela é vista como amedrontadora e perigosa e a multidão noturna se assemelha a uma chaga que se espalha e contamina as ruas parisienses. Entretanto, há também aqueles que veem a noite a partir das impressões. O universo que constitui a noite é composto por uma multidão sem nome.

Indo mais adiante, acrescenta-se o fato de que a multidão ao se aglomerar passa a ser tratada tanto como elemento responsável pelo desenvolvimento quanto pelo aviltamento da humanidade, como, por exemplo, no caso específico de Londres que, em 1840, vive este contrassenso. Ao mesmo tempo a cidade se descobre vivendo, por um lado, o avanço do processo de industrialização e por outro os desdobramentos desse fenômeno manifestados pela proliferação de bairros operários insalubres, longe do

centro nervoso da cidade e contrastando com os princípios civilizatórios apregoados então.

Nesse sentido, a multidão aglomerada passa a ser tratada como um problema social o que leva as autoridades a desenvolverem diversos mecanismos de controle social dessa população pobre, visto que ela se torna ameaçadora aos olhos da burguesia e das próprias autoridades. Tudo isso ocorre em um cenário marcado pelo aumento acelerado dos índices de pobreza e da degradação cada vez maior dos bairros operários considerados o local de origem dos novos ladrões. De pronto, na França em especial, as péssimas condições de vida, instabilidade econômica e a possibilidade de amotinamento leva a população pobre a ser vista também como uma ameaça política, ainda como memória viva da Revolução de 1789.

Sobre o temor político ligado à Revolução de 1789 representado pelos pobres, Bresciani (2008, p. 109, grifo do autor) reitera:

A questão da multidão amotinada se coloca de maneira bastante diversa na França do século XIX. Aqui, os parisienses, orgulhosos de sua civilização, temem as depredações e o constrangimento do espetáculo das multidões famintas, mas temem, sobretudo, as *jornadas revolucionárias*. Seu temor se fixa numa imagem de grandeza assustadora: aquela de homens fazendo valer, suas exigências através do controle das instituições políticas; pondo, portanto, na ordem do dia, o assédio e a ocupação das praças e dos edifícios públicos. O espectro das multidões incontroláveis dos anos revolucionários faz-se presente a cada momento da vida cotidiana, como força em repouso de uma sociedade que se autoconcebe constituída sobre o marco do acolhimento da pobreza no campo da política.

Todavia, progressivamente, com os avanços dos ideais da Revolução de 1789 no sentido de: “Confrontar formas políticas de governo capazes de assegurar a *liberdade*, mas de tornar realizável a política da felicidade e da abundância geral” (BRESCIANI, 2008, p. 116, grifo do autor) a multidão passa a ser associada ao comunismo.

Como destaca Bresciani (2008, p. 118):

O pensamento socialista na França incorpora a noção de necessidade histórica e se dedica à tarefa de imprimir-lhe formas de realização visíveis em vários projetos utópicos. Marx, como nenhum outro, desde Robespierre, visualiza nas revoluções no século XIX a realização da felicidade geral, a fundação da sociedade plenamente humanizada. Com ele, a imagem de 1789 não se encerra no próprio acontecimento, mas se projeta nas ruas de Paris no decorrer de todo o século, como uma revolução permanente em busca dos seus próprios desígnios.

Fato digno de nota é que o Estado e a burguesia lançavam mão de vasta legislação e de práticas repressivas de cunho físico e psicológico com o propósito de frear seu ímpeto supostamente revolucionário e extremamente perigoso. Nesse sentido, tais ações se manifestam através da constante vigilância que as autoridades exercem sobre a multidão, como se constata na afirmação de Bresciani (2008, p. 120, grifo do autor):

À ação repressiva explícita nos momentos de agitação sobrepõe-se toda uma política insidiosa de um olhar constante que detalha, esquadrinha, classifica a vida cotidiana dessa colmeia popular. Do recôndito do lar do homem ao seu lugar de trabalho, todo o percurso pelos espaços públicos torna-se objeto per-

manente de investigações. Desde chefes de polícia até prefeitos de Paris, um imenso exército de funcionários sai às ruas diariamente perscrutando os sinais menos visíveis dessas *classes perigosas*. A tarefa de demolir uma revolução, na Paris do século XIX, foi entregue a equipes de técnicos que formularam soluções pontuais permitindo devassar toda a vida das *classes pobres*. As portas de suas casas foram abertas, seus interiores vasculhados, sua conduta avaliada, seus valores morais aquilatados.

Ainda nesse cenário da multidão como ameaça à ordem estabelecida nota-se a que, tanto em Londres quanto em Paris o número de mendigos era muito maior que o de policiais. Daí a necessidade de elaborar estratégias coloquem definitivamente os miseráveis como um “paradigma para todos os franceses”. (BRESCIANI, 2008, p. 116).

Portanto, a positivação do trabalho, tampouco a frágil diferenciação entre pobres e vagabundos – a partir da perspectiva de diversos intelectuais como Adam Smith que via o trabalho como verdadeira fonte geradora de toda riqueza e aquele que o desempenha, ou seja, o trabalhador, como fator essencial para o progresso e desenvolvimento da nação – foi suficiente para dirimir do imaginário social, imprensa e literatos a estreita relação existente entre pobres, bairros de trabalhadores e demais espaços frequentados com a criminalidade.

3 Cidade de Paris e o crime no Século XIX

Nesse momento do artigo a preocupação será com a relevância que os lugares do crime ocupam na construção do imaginário social. Os espaços públicos urbanos têm o poder de concentrar em si o temor ou a fixação pelo crime.

Segundo Dominique Kalifa (2014, p. 288):

Como sinalizou Balzac em Ferragus (1833), existem as ruas ‘assassinas’, e a identidade dos lugares e dos não lugares do crime possui um lugar decisivo na expressão de insegurança. Mas esses lugares não se contentam apenas em causar medo; eles contribuem também para tornar o crime inteligível. A posição do cadáver, a localização de indícios e traços diversos ocupam uma função crescente nos procedimentos de investigação criminal do início do século XIX. Observamos então a multiplicação de esboços, de planos, de placas e de cortes; fontes de uma nova atenção topográfica que acelera a passagem para uma racionalidade judiciária. Ligando cada crime a seu ambiente e cada cadáver a seu cenário, as fotografias de identificação forense acentuam ainda mais esse processo no fim do século.

Nesse sentido, Paris se apresenta como local perfeito para a investigação dos motivos que levaram essa metrópole a ter, no século XIX, tamanha obsessão e fascínio pelo crime. É certo que a reforma urbana realizada por Eugène Haussmann modificou significativamente a vida social na cidade, repercutindo, inclusive no crime e sua distribuição espacial. Portanto, discutem-se como os espaços públicos, na dimensão memorial, adaptaram-se a essas profundas transformações a partir de diversos textos literários que destacaram o crime e que foram essenciais para a propagação de uma visão específica a respeito de determinados lugares da cidade.

Parte significativa dos literatos franceses destacava a presença marcante das atividades criminosas na parte antiga da cidade de Paris e no seu entorno, como destaca detalhadamente Kalifa (2014, p. 289):

O crime, principalmente na Île de la Cité, está 'num emaranhado de ruas obscuras, estreitas, tortuosas que se estendem desde o Palais-de-Justice até a Notre-Dame'. A convergência de representações é absoluta e apresentam as antigas vielas da ilha, a rua des Cargaisons ou a rua du Marché Neuf, a rua de la Calandre, a rua aux Fèves ou o beco Saint-Martial como um 'vasto Tribunal dos milagres', onde não faltam ladrões, prostitutas e vagabundos. Esta reputação transborda da Cité propriamente dita até a margem direita do Sena, no perímetro dos Halles, entre o Palais-Royal e o Temple e, na margem esquerda, no bairro Montagne Sainte-Genève, na praça Maubert, na rua Galandre e na rua Muffetard; lugares sinistros e perigosos, sempre retratados como antros de pilantras e trapaceiros. A estreiteza desse espaço permitia a paradoxal proximidade entre os lugares do crime e os da repressão. 'Não é estranho, ou melhor, fatal que haja uma irreversível atração que faça sempre que estes criminosos gravitem em torno do formidável tribunal que os condena à prisão, ao trabalho forçado e ao cadafalso!', nota maliciosamente Eugène Sue, que sabia, é claro, explorar o potencial romanesco dessas histórias. De um lado, antros, cabarés e redutos de malfeitores, cujas descrições tornaram-se rapidamente um dos virtuosismos de toda uma literatura criminal (o Lapin Blanc e o Paul Niquet, situados na rua aux Fèves; o Chat-noir, na rua de la Vieille Draperie; o Bordier, na rua Aubry-le-boucher; o Hôtel d'Anglaterrre, na rua Saint-Honoré; o Épice-scié no bulevar du Temple; o Château-Rouge e o Père-les-lunettes na rua Galande). Do outro lado, os principais órgãos da ordem: o Palais-de-Justice, a Conciergerie, a delegacia de polícia, cujo sórdido depósito se abria para a rua de Jérusalem, um 'beco estreito, escuro e barrento onde o sol nunca penetra a não ser de forma dissimulada'; a sede da segurança pública, na rua Sainte-Anne; a praça de Grève, lugar de todas as execuções do Consulado em 1832, sem esquecer o necrotério, no cais do Marché-Neuf, assiduamente visitado pelos parisienses. Não muito longe dali, a prisão 'de la Force', na rua do Roi-de-Sicile e a prisão de Sainte-Pélagie, acessível somente pela sinistra rua de la Clef e que acolhia a maioria dos detentos, com exceção das mulheres, enviadas ao convento das Madelonnettes, perto do Temple, antes da abertura de Saint-Lazare em 1834, na rua de faubourg Saint-Denis. Preciosa vizinhança em um tempo onde a estratégia policial consistia principalmente em se infiltrar no mundo do crime para neutralizá-lo.

Diversas razões justificam essa distribuição espacial dos eventos criminosos. O centro da cidade de Paris de 1840 ainda não havia rompido com a velha estrutura profundamente marcada pela superpopulação, insalubridade; misto de prédios residenciais e ambientes de trabalho e lazer; prostituição e violência. Elementos típicos da realidade da população mais pobre. É em meio a esse ambiente que as práticas criminosas se proliferam, aguçando ainda mais o interesse daqueles que pretendiam debruçar-se sobre sua narrativa e promover uma representação sobre o crime. Desta forma, nota-se a presença cada vez mais constante do crime nas narrativas literárias que circulavam por toda França, mas em especial por Paris, fazendo do centro da cidade e seu entorno cenário quase natural das práticas criminosas.

Não obstante, é ainda na primeira metade do século XIX que o lugar do crime vai sendo, ainda que tímida e embrionariamente deslocado do centro para outras regiões localizadas ao norte e ao sul da cidade.

Esse processo lento e longo é descrito por Kalifa (2014, p. 291) da seguinte maneira:

Presente no transcorrer de um longo período, a transferência para além das bordas dos espaços da periculosidade urbana tornou-se mais intensa durante a Monarquia de Julho. Em direção norte, onde os bairros de Porcherons e de la Courtille são percebidos como lugares inseguros desde o século XVIII, são relatados inúmeros bolsões de violência: o canal Saint-Martin e os terrenos baldios que o circundam, onde bandos de desordeiros jogam suas vítimas nas águas do mesmo; Belleville, Ménilmontant e a barreira du Combat, covil de inúmeros malfeitores. 'Era lá seu quartel general, onde eles estavam constantemente em massa e onde a desgraça os viria encontrar', escreveu Vidocq em suas Mémoires. Antigo local de enforcamento, um vasto espaço espremido entre o bulevar e a la Butte Chaumot, o Montfaucon, que servia às vezes de local de despejo e de esgoto, era ainda percebido como um lugar de grande periculosidade. Mas é sobretudo para além das bordas periféricas do sul que as representações, especialmente as literárias, se movem. Altamente simbólica, a decisão tomada em 1832 de deslocar a guilhotina da praça de Grève para a barrière Saint-Jacques acompanha esse movimento. Os bairros que formavam o então décimo segundo distrito (Saint-Marcel, Saint-Jacques, L'Observatoire) estavam entre os mais pobres da capital. Covis de trapaceiros, verdadeiros 'antros de infecção', de acordo com Alexandre Parent-Duchâtelet, eles formavam sinistros bolsões de violência. Foi lá, na rua Croulebarbe, no lugar conhecido como campo de l'Alouette, que o jovem Ulbach assassinou a pastora de Ivry, em maio de 1827, gerando um célebre fait diver. Também considerada perigosa era a barrière d'Italie, de onde se seguia para os subúrbios do sul, bem como Bicêtre, situada uma milha no caminho para Fontainebleau, onde os condenados a morte esperavam o dia de sua execução; e também o cemitério de Ivry, no qual se enterravam os sentenciados a morte.

Entretanto, além desse deslocamento topográfico nota-se outro que se aprofunda mais nas vísceras da cidade de Paris e que passa pelos locais mais inusitados como descreve Kalifa (2014, p. 292):

Os fornos de gesso de Clichy, as pedreiras de Montmartre ou d'Amérique na margem direita do Sena; a imensa escavação que se estende, na margem esquerda, de Grenelle e Montrouge até os Jardin des Plantes, formam, de acordo com alguns, um verdadeiro país subterrâneo, criminoso por natureza, que qualquer um acessa por uma das numerosas escadas situadas em Val-de-Grâce, na borda do Maine, na Puits-qui-parle ou ainda na praça d'Enfer. Recusada na temática tradicional do submundo ou naquela metáfora hugoliana das 'partes inferiores' e da caverna social, a existência de uma imensa Paris subterrânea e criminal constitui, portanto, um clichê generalizado que romancistas populares como Élie Berchet ou Pierre Zaccone encarregaram-se de espalhar.

A reforma urbana realizada por Eugéné Haussmann, embora seu propósito principal não seja este, busca conter a tensão social provocada pela criminalidade e muda de maneira mais radical a cidade do que vinha acontecendo antes. Não obstante, apesar dos esforços a reforma provocou um acirramento do deslocamento e a constituição de uma nova topografia do crime em Paris.

Conforme Kalifa (2014, p. 293):

A destruição dos cortiços que margeavam a Notre-Dame, os novos avanços e a anexação dos distritos suburbanos são entendidos imediatamente pelos contemporâneos como eventos de uma importância capital para percepção da localização do risco criminal. Uma nova cartografia da delinquência emana daí e recebe rapidamente o suporte das representações literárias. As inflexões da

topografia criminal que registram então os romancistas e cronistas constituem uma série de movimentos desordenados, às vezes contraditórios, mas cuja evolução desenha, ao longo de meio século, uma trajetória finalmente coerente que podemos resumir nas três figuras entrelaçadas do deslocamento, do recuo e, então, do retrocesso.

Assim, o processo de haussmannização dificulta a ação criminosa no centro antigo da cidade de Paris e promovendo seu deslocamento para duas novas áreas da cidade: os novos bairros que se deslocam em direção ao oeste e noroeste. A literatura que evolui a partir de 1870 faz parte dessa nova geografia do crime na cidade de Paris que será descrita desta maneira por Kalifa (2014, p. 294):

Émile Gaboriau nos fornece alguns exemplos. M. Lecoq, seu detetive, mora na 'rua Montmartre, n....', e suas investigações o levam à Saint-Lazare, no décimo terceiro distrito, ou até Batignolles, onde foi assassinado o aposentado Pigau-reau. Do *Drame de la rue de la paix* (Adolphe Belot, 1875) ao *Crime de l'opéra* (Fortuné du Boisgobery, 1879) e também ao *Mystère d'Auteuil* (Jules de Gastyne, 1904), praticamente não resta nenhum bairro desta nova Paris que escape da atenção dos romancistas.

É evidente, até mesmo na literatura, o deslocamento dos locais de ocorrência das ações criminosas. Toda a área localizada entre La Concorde e Le Bois se apresenta como espaço de cenas criminosas narradas pela literatura. Percebe-se, também que os equipamentos urbanos² de cidade hausmanniana passaram a ser locais vivos e autônomos de ações criminais, ou seja:

Estações de trem e hipódromos, onde atuam desenfreadamente os batedores de carteira; os bosques de Boulogne e de Vincennes, abarrotada de assediadores e, é claro, o metrô, rapidamente transformado em teatro de novas violências. (KALIFA, 2014, p. 294).

Portanto, nota-se que todo o universo que envolve as ações criminosas na Cidade de Paris, seja no período anterior quanto posterior a haussmannização, é apropriado pela literatura que constrói representações sociais e memórias sobre a topografia do crime e seu deslocamento em meio a essas transformações.

4 Considerações finais

Portanto, percebe-se neste artigo que a escolha da cidade como objeto de estudo por parte de pesquisadores dos mais diversos ramos do conhecimento e como espaço de ocorrência de sem número de experiências individuais e coletivas é bastante frutífera, mas, também complexa. É essa complexidade se deve, entre outras coisas, a dificuldade de estabelecer um conceito de cidade, tanto como espaço de experiências quanto de vivências. Complexo, também, em seu processo de evolução. Também se destaca, em meio ao crescimento das cidades e ao desenvolvimento industrial, a preocupação com

² Opta-se por esta denominação com o intuito de enfatizar toda intencionalidade de Eugéné Haussmann de dar ares modernos – com sentido de futuro – para Paris.

a multidão enquanto autômatos adaptados à rotina do trabalho e fundamentais ao desenvolvimento; frequentadores sombrios da noite e, portanto, delinquentes; ameaça política atrelada às memórias da Revolução Francesa de 1789 ou, posteriormente, ao comunismo.

Por fim, a cidade de Paris se apresenta aos olhos dos literatos como espaço composto por ambientes específicos e próprios para a ocorrência de eventos criminosos. Antes da haussmanização esses ambientes estavam situados no centro da cidade medieval se estendendo em direção ao oeste noroeste. E, posteriormente ao processo de haussmanização fica evidente o deslocamento do crime para os novos bairros da cidade e se espalhando pelo equipamento urbano.

REFERÊNCIAS

BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades. *Cidade e história*. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura, 1992.

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no Século XIX: o Espetáculo da Pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008. v. 52. (Coleção Tudo é História; 52).

KALIFA, Dominique. Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 287-307, jan./jun. 2014. ISSN 2237-101X.

MONTEIRO, Charles. Entre história urbana e história da cidade: questões e debates. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n. 1, p. 10,1-112, jan./jun. 2012. ISSN 2178-3748.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do Espaço Urbano: por uma História Cultural do Urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995. ISSN 0103-2186.

O LIVRO PERDIDO DE TEÓFILO DIAS...

The lost book of Teófilo Dias...

Claunísio Amorim Carvalho¹

RESUMO

O presente artigo aborda sobre o livro de estreia do poeta maranhense Teófilo Dias (1854-1889), *Flores e amores*, publicado em Caxias no ano de 1874, e que desde o final do século XIX era dado como um livro perdido. Nosso objetivo foi rastrear a existência do livro, depois mostrar como alguns autores, ao longo dos séculos XX e XXI, por não conhecerem um único exemplar ou cópia do livro, tinham a sensação de que a obra fora perdida para sempre. Em seguida, abordamos como o livro foi também ignorado por muitos autores e mostramos indícios de que tenha sido renegado pelo próprio Teófilo Dias. Tudo isso levando à pergunta: será possível que o livro seja encontrado?

Palavras-chave: Flores e amores; Livro perdido; Poesia.

ABSTRACT

This article deals with the debut book by the poet Teófilo Dias from Maranhão (1854-1889), *Flores e amores* [*Flowers and loves*], published in Caxias in the year 1874, and that since the end of the 19th century was given as a lost book. Our goal was to trace the existence of the book, then show how some authors, throughout the 20th and 21st centuries, because they did not know a single copy or copy of the book, had the feeling that the work was lost forever. Then, we discuss how the book was also ignored by many authors and show evidence that it has been disowned by Teófilo Dias himself. All of which leads to the question: is it possible for the book to be found?

Keywords: Flowers and loves; Lost book; Poetry.

1 INTRODUÇÃO

Em 2011, ao participar do II Simpósio do Maranhão Oitocentista, realizado em São Luís, expusemos a comunicação oral intitulada “Poeta e sobrinho de poeta: Teófilo

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Dias em questão”. Para quem não está familiarizado com o nome, estamos falando de Theophilo Odorico Dias de Mesquita (1854-1889), advogado, jornalista, político e poeta, nascido em Caxias (MA), e falecido na capital paulista. Ao longo do texto, como se verá, optamos pela forma já consagrada “Teófilo”, em vez da original. Autor, entre tantos, de *Fanfarras* (1882), livro que teria inaugurado a estética parnasiana no Brasil, o que, por si só, já legaria ao autor e à obra um lugar de destaque na História da Literatura Brasileira, ainda que estudos críticos específicos o situem entre o Parnasianismo e o Simbolismo; mas é comum autores divergirem sobre o assunto, como Frederico dos Reis Coutinho (1956, p. 240), para quem Teófilo é “parnasiano convicto”, ou Teixeira Bastos (1895, p. 70), que chega a dizer que Teófilo “Não é um *parnasiano*, embora possua, como elles, o esmero da fôrma”. Isto, porém, não está em questão agora.

Além de ter transitado pelo Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, pela Faculdade de Direito de São Paulo, pelo meio jurídico e por redações de jornais, onde ficou conhecido como poeta, e ainda por ter sido deputado provincial por São Paulo, ele também carregava o peso de ser sobrinho de Gonçalves Dias, cujo nome estava alçado à altura de maior poeta do Brasil. Como outros poetas oitocentistas, Teófilo faleceu precocemente, em 1889, aos 34 anos. Quando da fundação da Academia Brasileira de Letras – ABL (1897), foi escolhido por seu amigo Afonso Celso para patrono da Cadeira n.º 36 daquela Casa. Aliás, Teófilo também é patrono das Cadeiras n.º 19, fundada por Maranhão Sobrinho, na Academia Maranhense de Letras - AML (1908); n.º 33, fundada por Amadeu Amaral, na Academia Paulista de Letras - APL (1909); e n.º 21, fundada por Silas Marques Serra, na Academia Caxiense de Letras – ACL (MA) (1997).

Destacamos no Simpósio alguns aspectos dos seus versos, relevando os temas: abolição da escravidão, crítica ao regime monárquico e defesa da república. Para tanto, dispúnhamos da antologia *Poesias Escolhidas*, publicada em 1960 pelo Conselho Estadual de Cultura (SP), com seleção, introdução e notas de Antonio Candido. Pois foi justamente no texto introdutório de Candido que algo nos chamou bastante a atenção. Aspas para o crítico literário: “O primeiro livro de Teófilo Dias teria sido **Flores e Amores** (Maranhão, 1874), registrado por Sacramento Blake; Clementino Fraga observa que talvez não reste dêle um único exemplar” (CANDIDO, 1960, p. 16, grifo do autor).

O instinto foi logo despertado, motivado por aquela curiosidade tão necessária à pesquisa historiográfica. Imaginar que certo tipo de incêndio alexandrino consumira também a obra de estreia de Teófilo Dias causava-nos um incômodo, e estávamos dispostos a investigar o caso. Seguiríamos os indícios, os rastros deixados pelo livro, como proposto no famoso ensaio “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, do historiador italiano Carlo Ginzburg (2007, p. 143-179). Quando começamos, não sabíamos o que encontraríamos.

2 LIVRO RASTREADO

Primeiramente, deveríamos rastrear a existência da obra, e o caminho estava indicado no texto de Antonio Candido. Antes, porém, temos de informar que *Flores e*

amores é também o título do primeiro volume do *Cancioneiro*, de João Lemos, jornalista, dramaturgo e poeta português, publicado em Portugal em 1858. Não sabemos que relação poderia ter a obra do maranhense com a do português; o mais provável é que fosse apenas uma coincidência.

Então, começamos por Sacramento Blake, citado por Candido. De fato, o crítico e escritor baiano escreveu, no tomo VII do seu *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, sobre Teófilo Dias, o seguinte:

[...] Os livros que publicou são:
- *Flores e amores*: poesias. Caxias, Maranhão, 1874. 129 pgs.
- *Cantos tropicaes*: poesias. S. Paulo, 1878.
- *Lyra dos verdes annos*: poesias. S. Paulo, 1878.
- *Fanfarras*: poesias. S. Paulo, 1882.
- *A comedia dos deuses*: poema precedido de uma introdução por M. Pinheiro Chagas. S. Paulo, 1888. [...].
(BLAKE, 1902, p. 269)

Ressalte-se que o livro *Lira dos verdes anos* deveria ter sido publicado em 1876, mas só veio a público em 1878, e, portanto, cronologicamente é o segundo livro de Teófilo Dias, não o terceiro. Em nota introdutória ao livro *Lira dos verdes anos*, é o próprio poeta quem esclarece: “Por motivos que não vêm ao caso referir, este livro, que devera ser publicado em fins de 1876, só agora, ao cabo de quase dois anos, aparece”. E conclui: “Sirva esta declaração de desculpa ao autor, que pensava de modo muito diverso do que hoje quando compôs estes versos./ Maio – 1878” (DIAS, 1878). Esses “motivos” são revelados pelo professor Wellington de Almeida Santos (2012, p. 7-8): “*Lira dos verdes anos*, com poemas escritos em 1875 e 1876, livro que deveria ter sido lançado dois anos antes, não fosse a espera frustrada de um prefácio de Francisco Otaviano [...]”. O livro foi publicado em 1878 sem prefácio. E deveria se chamar *Cantos tropicais* (o nome do terceiro livro), conforme nos revela Jacques Senna (1875, p. 4), que teve contato com os originais no ano de 1875.

Com respeito a *Flores e amores*, a informação mais antiga que se tem sobre o livro é anterior ao próprio lançamento e vem das páginas do *Diario do Maranhão*, jornal de São Luís, na edição de 22 de abril de 1874, onde se lê o seguinte:

Flores e amores. – É este o titulo de uma obra que brevemente vai sahir dos prelos da cidade de Caxias.
São poesias do Sr. Theophilo Dias de Mesquita que estão sendo impressas na typographia do *Commercio de Caxias*.
Será a primeira cidade do interior desta província que editará um volume, pois não consta que nas suas typographias tenham produzido mais que pequenos jornaes.
(DIARIO DO MARANHÃO, 22 abr. 1874, p. 2).

Algumas menções implícitas ao livro *Flores e amores* podem ser vistas através de colunistas da imprensa carioca, no ano de 1878, quando do lançamento de *Cantos tropicais*. É o caso de Franck (pseudônimo não identificado, mas com fortes indícios de ser de Arthur Azevedo, que usou vários deles nessa época), nas páginas de *O Mequetrefe*, na edição de 5 de outubro, quando fazia sua crítica a *Cantos tropicais*:

[...]

Foi exactamente isto o que fizemos aos *Cantos tropicaes*, cujo author conhecemos, não de hoje, mas desde o tempo que em Maranhão deu a luz a um pequeno folheto em que collecionou os seus primeiros trabalhos e depois viemos enconral-o occupando as columnas inedictoriaes da *Reforma* sob o nome de Mesquita.

[...] (O MEQUETREFE, 5 out. 1878, p. 5).

Escondido sob o pseudônimo de Dorante, o mesmo Arthur Azevedo (SICILIANO, 2014), no folhetim “Bric-à-Brac”, do *Diario do Rio de Janeiro*, edição de 6 de outubro, comenta o seguinte sobre o livro *Cantos tropicais*:

[...]

Um poeta lembra a outro.

Acabei de ler o terceiro livro de Theophilo Dias.

Ocupar-me-ei do meu querido Theophilo em separado.

Mas desde já previno:

Eu sou suspeito!

[...] (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 6 out. 1878, p. 1).

Sem sombra de dúvidas, ao considerar *Cantos tropicais* (1878) como sendo o terceiro livro de Teófilo, o colunista maranhense referia-se implicitamente aos dois primeiros, isto é, a *Flores e amores* (1874) e *Lira dos verdes anos* (1878).

Citação explícita ao livro é o que se lê no texto de Eloy, o Herói, outro pseudônimo de Arthur Azevedo (POMPÉIA, 1889, p. 115), na *Gazetinha* de 23 de abril de 1882, no seu elogio a *Fanfarras*, que acabara de ser publicado:

Cada livro de Theophilo Dias é um marco do progresso intelectual do aplaudido poeta.

A *Lyra dos verdes anos* está, para as *Flores e amores*, como os *Cantos tropicaes* estão para a *Lyra dos verdes annos* e as *Fanfarras* para os *Cantos tropicaes*.

Cada um desses volumes é um degrau da escada que tem conduzido o poeta ao patamar da invejável reputação que conseguiu.

O seu primeiro livro foi uma infantilidade; o segundo uma revelação; o terceiro uma confirmação; o quarto uma consolidação.

[...] (ELOY, 1882, p. 1).

Outro autor maranhense, Sá Vianna, no texto “A nova geração”, falou sobre o poeta o seguinte: “Em S. Luiz *Theophilo Dias* cursou o Instituto de Humanidades e depois o collegio de S. João Baptista. D’este foi para Caxias, onde publicou um folheto com seus primeiros versos” (VIANNA, 1880, p. 1). Ao que tudo indica, este “folheto” trata-se do livro *Flores e amores*.

Valentim Magalhães, amigo de Teófilo Dias e fundador da ABL, também sabia a respeito de *Flores e amores*, como fica claro nesta passagem:

[...]

Fazia versos, sonhava um futuro de glórias, esperava a consagração de poeta, pois deixara aqui, a imprimir-se, um volume de versos [*Lira dos verdes anos*], que, não sendo o primeiro que dava a lume, devia ser considerado como de estréa, pois o pouco que já havia feito e deixara no seu querido Maranhão não era mais que infantis e timidos ensaios.

Esse livro, que devia aparecer em fins de 1876, só em meados de 1878 veio a lume, sob o título de *Lyra dos verdes anos*.
[...] (MAGALHÃES, 1889, p. 1).

Quem também citou o livro de estreia de Teófilo Dias foi o Barão do Rio Branco, nas suas *Efemérides Brasileiras*, publicadas originalmente no *Jornal do Brasil*, desde o seu primeiro número em 1891. Lemos na efeméride de 29 de março de 1889:

Fallece em São Paulo um dos melhores poetas que teve o Brasil, Theophilo Dias. Nascera em Caxias (Maranhão) a 8 de Novembro de 1854 e era sobrinho do grande Gonçalves Dias. Na terra natal publicara a collectanea *Flores e amores*, mas as suas mais inspiradas poesias foram dadas a lume em São Paulo, de 1878 a 1888: *Cantos tropicaes*, *Lyra dos verdes anos*, *Fanfarras* e *A comedia dos deuses*. (RIO BRANCO, 1938, p. 263)

Já Eugênio Werneck, organizador da *Antologia Brasileira: coletânea em prosa e verso de autores nacionais*, com a primeira edição publicada em 1900 (como parte das comemorações do 4.º centenário do Brasil), colocou na bibliografia de Teófilo Dias os seguintes livros: “*Flores e amores*, poesias, *Lira dos verdes anos*, *Cantos tropicais*, *Fanfarras*, poesias, *A comédia dos deuses*, poema” (WERNECK, 1942, p. 412).

O professor Brant Horta, em seu livro *Análise literária e noções de Literatura*, cuja primeira edição saiu sem data, e a segunda, em 1938, também mencionou o livro:

Teófilo Dias, parente de Gonçalves Dias, nasceu no Maranhão em 1854 e morreu em 1889. Foi êle o implantador do parnasianismo no Brasil, com o seu livro intitulado – **Fanfarras**. Além deste publicou – **Flores e amores**. **Cantos tropicais**. **Lira dos verdes anos**, e o poema – **A comédia dos deuses** (HORTA, 1938, p. 282).

Frederico dos Reis Coutinho, organizador da antologia *As mais belas poesias brasileiras de amor*, cuja primeira edição data de 1946, foi outro que arrolou a obra de estreia de Teófilo Dias, na respectiva anotação biográfica:

[...] é eleito deputado provincial, cargo que exerce sem abandonar a imprensa e a literatura, em cujos círculos já granjeara renome desde os tempos de acadêmico, com seus livros de poesia “*Flores e Amôres*” (1874), “*Lira dos verdes anos*” (1876), “*Cantos tropicais*” (1878). Publicou também “*Fanfarras*” (1881) [sic], a “*Comédia dos deuses*” (1887), e “*Procelárias*”, de inspiração social este último. [...]
(COUTINHO, 1956, p. 239-240)

Outra referência a *Flores e amores* vem de Francisco Marins, no seu discurso de posse na Cadeira n.º 33 da APL, em 25/03/1966, sucedendo a Altino Arantes. Foram estas algumas de suas palavras relativas ao patrono Teófilo Dias:

Em fins de 1876 chegava à Paulicéia, talvez fascinado pelo renome de sua Faculdade de Direito, reduto e forja gloriosa de tantos nomes ilustres, um rapaz vindo do Maranhão e descendente da velha árvore do grande cantor dos “Timbiras”. Trazia debaixo do braço um volumezinho de primícias: “*Flôres e Amôres*”. Para Teófilo Dias não tinha sido fácil a luta até então. No Rio vagara, a compor versos, de uma “república” a outra, em dificuldades financeiras, e aqui, cuidava de ingressar no curso jurídico, aos 22 anos, idade em que a maioria já se formara. [...]
(MARINS, 1966)

Por fim, no ano de 1977, a Fundação Cultural do Maranhão, dentro da série “Conheça Nossos Escritores”, lançou o volume 3, intitulado *Teófilo Dias*, um opúsculo de 26 páginas. Na bibliografia do autor, *Flores e amores* (Caxias, 1874) aparece como a primeira publicação do poeta maranhense.

Como temos visto até aqui, há várias alusões à existência da obra *Flores e amores*, ao longo de quase um século.

3 LIVRO PERDIDO

Voltando ao texto de Antonio Candido (1960), o outro autor por ele citado é Clementino Fraga, sucessor de Afonso Celso na Cadeira 36 da ABL. Vale a pena ler o texto do médico, professor e político baiano, quando, em 10/06/1939, discursou em sua posse na Casa de Machado de Assis. Fraga disse o seguinte a respeito do patrono de sua cadeira: “Do livro de estreia *Flores e Amores*, publicado em 74, ainda no Maranhão, não há, talvez, nem um exemplar” (FRAGA, 1939).

Esta informação é relevante, pois era a constatação, no final da década de 1930, do completo desconhecimento da obra inicial de Teófilo Dias, para além do título, embora ali não se conteste sua existência. O texto do discurso foi publicado no volume 57 da *Revista da Academia Brasileira de Letras*, em 1939, e esse trecho específico da fala de Clementino Fraga foi citado na p. 215 de *Autores e livros - Suplemento Literário de “A Manhã”*, dirigido pelo também acadêmico Múcio Leão, no volume V, n. 16, de 14 de novembro de 1943, que homenageava Teófilo Dias. O eco das palavras de Fraga se fez ainda vibrar um pouco mais tarde nas linhas de Antonio Candido, já citado.

Muito oportuno também é citar o acadêmico maranhense Jomar Moraes, conhecido por ser um dos principais bibliófilos dos autores maranhenses, tendo editado, ao longo de sua carreira, vários deles, além de ter colaborado com muitos estudos. Na primeira ocasião, no seu *Bibliografia crítica da Literatura Maranhense*, de 1972, ele ignorou o livro de estreia de Teófilo Dias:

TEÓFILO DIAS

TEÓFILO ODORICO DIAS DE MESQUITA. Nascido em Caxias, a 29 de fevereiro de 1857. Falecido em São Paulo, a 29 de março de 1889. Patrono das cadeiras 36, da Academia Brasileira de Letras, e 19, da Academia Maranhense de Letras.
OBRAS PRINCIPAIS

Lira dos verdes anos. Rio de Janeiro, Tipografia Central, 1876; *Cantos tropicais*. Rio de Janeiro, Gonçalves Guimarães, 1878; *Fanfarras*, São Paulo, Dolivais Nunes; *A comédia dos deuses*, São Paulo, Teixeira & Irmão, 1887.

(MORAES, 1972, p. 47-48)

Mas na segunda, em 1987, na apresentação à edição maranhense de *Fanfarras*, levantando a dúvida, ele declarou o seguinte:

Até hoje pouco se sabe de sua vida no Maranhão, constando que teria sentado praça de soldado e atingido a graduação de sargento, e também que publicou seu primeiro volume de poemas, *Flores e amores*, em 1874, livro cuja existência continua posta em dúvida, porque dele não se conhecem exemplares. Sacra-

mento Blake, porém, registra esse título, informando que tem 129 páginas e foi impresso em Caxias (MORAES, 1987, n. p.).

Essa existência posta em dúvida chegou ao século XXI, e isso só diminuía quaisquer esperanças de um dia encontrar um único exemplar ou cópia do livro. Durante a pesquisa, encontramos a dissertação de mestrado de Fábio Martinelli Casemiro, com o título *Carne, imagem e revolta na lírica de Teófilo Dias*, na área de Teoria Literária e História, defendida na Unicamp no ano de 2008. Também ali lamentava o pesquisador que, tanto *Flores e Amores* quanto *Caxias*, “parecem ter sido perdidas” (CASEMIRO, 2008, p. 3-4). Diz Casemiro que a informação sobre a suposta obra *Caxias* ele extraía do site da Academia Brasileira de Letras referente à biografia do poeta. Provavelmente se equivocou o pesquisador, pois é isto o que lemos no respectivo trecho do site: “Da obra de Teófilo Dias merecem especial destaque: *Flores e amores*, Caxias, 1874; *Cantos tropicais*, São Paulo, 1878; *Fanfarras*, São Paulo, 1882; *Lira dos verdes anos*, São Paulo, 1878 e *A comédia dos deuses*, São Paulo, 1888” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2020). *Caxias* é apenas o local onde o livro foi publicado. Quanto a *Flores e amores*, Casemiro refere-se à informação anotada por Sacramento Blake, já citado anteriormente.

Dois anos depois, o mesmo autor publicou o artigo “Teófilo Dias e a natureza do Brasil moderno”, na *Revista Literatura em Debate*, e ali mais uma vez admitiu, sobre “*Flores e Amores*”, obra “não encontrada por mim e por nenhum outro crítico contemporâneo de Teófilo, sabe-se de sua possível existência pelo relato de um crítico baiano, também da segunda metade do XIX, Sacramento Blake” (CASEMIRO, 2010, p. 18). Já temos visto algumas alusões à obra que são anteriores a Sacramento Blake, o que não diminui em nada a pesquisa de Casemiro, dado ao grau de dificuldade enfrentado ao longo da década de 2000, dificuldade que conhecemos muito bem. Certamente seria diferente caso ele fizesse a mesma pesquisa 10 anos depois, suprido que seria com muito mais informações disponíveis na Internet.

Por último e bastante relevante, por ser o atestado dado pela própria Academia Brasileira de Letras, é o texto do professor Wellington de Almeida Santos, publicado em 2012 com o selo da ABL, referente ao patrono da Cadeira 36, dentro da Série Essencial, sobre os antigos membros da instituição (patronos, fundadores e outros ocupantes). Diz o autor sobre Teófilo Dias:

Antes, em 1874, teria estreado na literatura, com a publicação de *Flores e Amores* (1874), em sua cidade natal. No entanto, não se conhece qualquer exemplar dessa obra, embora Sacramento Blake tenha assegurado que o livro foi realmente publicado.

[...]

Em 1878, publicou simultaneamente os livros que marcaram sua verdadeira estreia literária: *Lira dos verdes anos*, com poemas escritos em 1875 e 1876, livro que deveria ter sido lançado dois anos antes, não fosse a espera frustrada de um prefácio de Francisco Otaviano, e os *Cantos tropicais*, obra que anuncia sua mudança de rumos poéticos, em face do anterior (SANTOS, 2012, p. 7-8).

Em suma, o que esses autores nos passam acerca de *Flores e amores* é a sensação, para não dizer certeza, de que, não tendo conhecimento de nem um só exemplar ou cópia do livro, provavelmente a obra tivesse se extraviado para sempre.

4 LIVRO IGNORADO

Outra tendência também muito comum ao longo de quase um século e meio foi ignorar o livro *Flores e amores*, e as razões podem ser as mais diversas, desde não ter a mínima ideia de sua existência até à de não achar relevante mencionar uma obra supostamente publicada. Poderia citar os compêndios de Literatura Brasileira, de autores como Sílvio Romero, José Veríssimo, Coelho Netto, Agripino Grieco, Antônio Soares Amora, Alfredo Bosi, etc., mas bastam aqui alguns notáveis exemplos.

É o caso do poeta Valentim Magalhães, que foi, não apenas contemporâneo, mas amigo de Teófilo, colega na Faculdade de Direito e companheiro nas lides poéticas daquele tempo. Já vimos anteriormente que ele sabia da obra *Flores e amores*, mas em *A Litteratura Brasileira*, na apresentação que fez do poeta maranhense, ignorou a publicação feita em Caxias em 1874:

THEOPHILO DIAS. Sobrinho de Gonçalves Dias e herdeiro do seu talento poético. Muito parecido intellectual e physicamente com o tio. Vindo do Maranhão para São Paulo, em 1875, ahi se matriculou na Academia, onde logo começou de se distinguir pelas suas poesias. Publicou a *Lyra dos verdes anos*, versos lyricos, impregnados da inspiração do tio, mas nos quaes já se revelava um poeta. [...] (MAGALHÃES, 1896, p. 58)

Ato semelhante o fez outro companheiro de geração, o poeta Mello Moraes Filho, nas notas biográficas do seu *Poetas brasileiros contemporaneos*, publicado em 1903:

THEOPHILO DIAS. Nasceu em Caxias, no Maranhão, em 1857 [sic]. Formou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, tendo por contemporaneos Augusto de Lima, Valentim Magalhães, Raymundo Corrêa, Lucio de Mendonça e Affonso Celso J.^{or}, poetas que começavam a illustrar tão distincta geração. Foi collaborador de jornaes políticos e revistas litterarias; e temos desse formoso talento *Lyra dos verdes anos*, as *Fanfarras*, os *Cantos tropicaes* e a *Comedia dos deuses*. [...] (MORAES, 1903, p. 332-333)

Outro imortal da ABL, Laudelino Freire, na anotação biográfica do poeta, ignorou completamente *Flores e amores*:

THEOPHILO DIAS de Mesquita
Sobrinho de Gonçalves Dias. Nascido em Caxias, no Maranhão, a 28 de fevereiro de 1857 [sic] e fallecido em S. Paulo a 29 de março de 1889. Bacharel em Direito e professor na Escola Normal dessa cidade.
BIBLIOG. *Lyra dos verdes anos*, Rio, 1876; *Cantos tropicaes*, Rio, 1878; *Fanfarras*, S. Paulo, 1882; *A Comedia dos deuses*, poema, 1887.
(FREIRE, 1913, p. 120)

Otto Maria Carpeaux, na *Pequena bibliografia crítica da Literatura Brasileira*, publicada em 1951, também não mencionou o livro:

Teófilo Dias
TEÓFILO ODORICO DIAS DE MESQUITA. Nasceu em Caxias (Maranhão), em 28 de fevereiro de 1857. Morreu em São Paulo, em 29 de março de 1889.

OBRAS

Lira dos verdes anos (Rio de Janeiro. Tip. Central, 1876); *Cantos tropicais* (Rio de Janeiro. Gonçalves Guimarães, 1878); *Fanfarras* (São Paulo. Dolivais Nunes, 1882).

(CARPEAUX, 1951, p. 152)

Paulo Carneiro, terceiro ocupante da Cadeira n.º 36 da ABL, discursou em sua posse no dia 04/10/1971, citando o nome de seu antecessor Clementino Fraga duas vezes, mas, de modo não convencional para esse tipo de ocasião, não mencionou nenhuma vez os nomes do patrono e do fundador da cadeira (CARNEIRO, 1971).

José Guilherme Merquior, em seu discurso de posse na sucessão de Paulo Carneiro, em 11/03/1983, citou nominalmente Teófilo Dias três vezes e aludiu apenas a *Fanfarras* dentre as obras do poeta maranhense (MERQUIOR, 1939).

João de Scantimburgo, sucessor de Merquior na ABL, em seu discurso, fez seis menções ao nome do patrono Teófilo Dias e a duas de suas obras, *Cantos tropicais* e *Fanfarras* (SCANTIMBURGO, 1992).

O ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em seu discurso de posse na ABL, em 11/09/2013, mencionou o patrono de sua Cadeira n.º 36, citando seu nome sete vezes, porém, sem nenhuma citação a qualquer de suas obras (CARDOSO, 2013).

O ex-governador de São Paulo, Altino Arantes, foi o segundo ocupante da Cadeira n.º 33 da APL, na sucessão do fundador Amadeu Amaral. Em seu discurso de posse, em 23/09/1930, fez duas rápidas alusões ao nome do patrono Teófilo Dias e nada mais (ARANTES, 1930).

O apresentador Jô Soares, em seu discurso de posse na APL, em 2016, quando passou a ocupar a Cadeira n.º 33, no lugar deixado por Francisco Marins, fez uma única menção ao nome do patrono Teófilo Dias, citando trecho de um poema do livro *Fanfarras* (SOARES, 2016).

Até mesmo Machado de Assis, nas páginas da *Revista Brasileira*, em 1879, ignorou *Flores e amores* e foi além, atribuindo a estreia de Teófilo à publicação de *Lira dos verdes anos*:

Quereis ver o opposto do Sr. Carvalho Junior? Lede o Sr. Theophilo Dias. Os *Cantos Tropicaes* deste poeta datam de um anno: são o seu ultimo livro. A *Lyra dos verdes anos*, que foi o de estreia revelou desde logo as qualidades do Sr. Theophilo Dias, mas não podia revelal-o todo, porque só mais tarde é que o espirito do poeta começou a manifestar vagamente uma tendência nova. [...] (ASSIS, 1879, p. 385).

Enfim, até aqui tudo normal, porque não havia como qualquer um deles falar de algo do qual não tinham conhecimento, talvez apenas do título.

5 LIVRO RENEGADO

A hipótese que sustentamos para o desaparecimento do livro e por ter sido ignorado há muito tempo é que o próprio autor tenha contribuído para isso, conquanto

não estejamos indicando nada de concreto. Quando ainda era vivo o autor, já chama a atenção o fato de o livro ser bastante ignorado, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo, as duas maiores cidades do Brasil, nas quais o poeta viveu e eram os grandes centros, não apenas econômicos e políticos, mas também de irradiação cultural do país.

Vejamos uma notícia na imprensa carioca quando se aproximava o lançamento de *Cantos tropicais*, em 1878: “Já entrou para o prelo o segundo livro de poesias de Theophilo Dias, intitulado *Cantos tropicaes*. / É editado pela conhecida casa dos Srs. Agostinho Gonçalves Guimarães & C.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 16 jul. 1878, p. 1). Note-se que o terceiro livro do poeta é claramente chamado de segundo, pois ali se considera *Lira dos verdes anos* como sendo o primeiro, inclusive há várias alusões a este livro no mesmo jornal. Quanto a *Flores e amores*, para o jornal, é um livro que não existe. Poucos meses depois, por ocasião do lançamento de *Cantos tropicais*, o jornal insiste na mesma ideia: “Theophilo Dias acaba de lançar um segundo livro, sob o titulo *Cantos tropicaes*” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1 out. 1878, p. 1).

Alceste, colunista do *Diario do Rio de Janeiro*, escreveu no folhetim “Revista hebdomadária”, na edição de 9 de junho de 1878: “[...] E bello é tambem o primeiro volume de poesias de Theophilo Dias. [...] / Este primeiro volume intitula-se *Lira dos verdes anos* e não deve causar admiração nem estranheza ser quasi todo consagrado ao genero lyrico [...]” (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 9 jun. 1878, p. 1). Embora também tenha dito, a respeito de Teófilo Dias, na mesma página, que foi em Caxias “onde começou a poetar”.

Se houvesse de fato interesse de Teófilo Dias na informação a respeito de sua obra de estreia, não necessariamente sua divulgação ou reedição, não deveria ele se omitir disso, até para corrigir eventuais equívocos nas citações de sua bibliografia. Mas não foi isso que se viu em sua trajetória no Sudeste, onde se tornou um poeta famoso em seu tempo, pois *Flores e amores* havia sido deixado definitivamente para trás. Nenhum dos poemas desse livro aparece em quaisquer dos jornais e revistas da região, como aconteceu muitas vezes com os poemas dos demais livros dele. É sinal de que Teófilo o renegara.

A bem da verdade, é muito comum poetas estrearem bastante novos, com pouca ou nenhuma experiência poética ou literária; e não chega a ser incomum que, depois de um tempo, alguns deles sintam vergonha ou arrependimento por essa primeira publicação, preferindo ocultá-la ou mesmo renegá-la. Podemos aqui citar três importantes poetas brasileiros, nascidos no Maranhão, que integraram a Academia Brasileira de Letras e tiveram a experiência de renegarem seus primeiros volumes poéticos.

Raimundo Correia, fundador da Cadeira n.º 5, estreou com *Primeiros sonhos*, em 1879, aos 20 anos, versos escritos entre 1876 e 1879, sob inspiração romântica, de um romantismo já em fase cadente, livro que lhe deu projeção, mas também o pôs na vitrine das críticas. Logrou fama com *Sinfonias* (1883), *Versos e versões* (1887) e *Aleluias* (1891), tendo seu nome associado ao Parnasianismo, sendo ele um dos principais expoentes dessa estética no Brasil. Quando, porém, o próprio poeta resolveu fazer a sua famosa antologia, que intitulou *Poesias*, em 1898, e que teve três edições enquanto ele viveu e tantas outras depois, não incluiu nenhum poema de seu livro de estreia, evidência de tê-

lo renegado. *Poesias* é uma espécie de testamento poético do autor; sua aposentadoria das letras, uma vez que não publicou mais nenhum livro novo, desde 1891 até 1911, ano de sua morte.

Valdir Ribeiro do Val, biógrafo e um dos principais estudiosos da obra de Raimundo Correia, falou disso, comentando sobre *Primeiros sonhos*:

Nota-se-lhe a influência de Casimiro de Abreu e de outros românticos. Mas não se pode deixar de sentir um sopro de inspiração pessoal em muitos daqueles versos de adolescente, que o poeta iria renegar no futuro, não incluindo nenhum deles nas edições de *Poesias*. Ocultava-os mesmo, o quanto lhe era possível, como previra o seu amigo José Leão (VAL, 2006, p. 21).

Odylo Costa, filho, que ocupou a Cadeira n.º 15, estreou em 1929, aos 14 anos, com *Alvoradas*, publicado em Teresina; depois teve repercussão nacional com *Presença*, segunda parte do *Livro de Poemas de 1935*, em parceria com Henrique Carstens, publicado em 1936, e, depois de uma lacuna de três décadas, só voltaria a publicar novamente poesia em 1966, com *Tempo de Lisboa e outros poemas*, e vários outros nos anos seguintes, com destaque para *Cantiga incompleta*, de 1971. Esse livro de estreia, *Alvoradas*, que teve fragmentos publicados na imprensa maranhense em 1930, é quase totalmente ignorado por todos que aludem à sua bibliografia, e o próprio Odylo fazia questão de esquecê-lo. Só para se ter uma ideia, D. Martins de Oliveira, em texto de 1936, escreveu o seguinte: “[...] quem não ignora que Odylo detesta o seu primeiro livro de sonetos e poemas ‘Alvoradas’ [...]” (OLIVEIRA, 1935, p. 6). O livro *Alvoradas* é considerado hoje uma obra raríssima, que alguns dão inclusive como perdida, o que não se pode aferir aqui neste ensaio.

Ferreira Gullar, outro famoso poeta maranhense, autor de *Poema sujo e Dentro da noite veloz*, que ocupou a Cadeira n.º 37, estreou na poesia com *Um pouco acima do chão*, em 1949, aos 19 anos, ainda no Maranhão. Esse livro foi “renegado, tempos depois, pelo autor, que o considerou ‘obra imatura’” (TORRES, 2017, p. 30). Quando completou 50 anos, em 1980, já renomado, Gullar publicou sua poesia completa, intitulada de *Toda poesia*, que teve sucessivas edições. Mas excluiu o livro de 1949, abrindo o volume com *Luta corporal* (1954), que Gullar considerava o seu livro de estreia.

Pelo visto, por não ser incomum autores de renome renegarem suas obras de estreia, geralmente escritas e publicadas na adolescência ou saindo dela, é perfeitamente possível que a mesma atitude tenha seguido Teófilo Dias, antes de todos estes, ao ter preferido ocultar a obra publicada em Caxias, em 1874, esta que significou também a primeira experiência de publicar um livro no Maranhão sem ser na capital São Luís.

6 LIVRO ENCONTRADO

Para falar a verdade, a mera informação de que uma obra possa ter se perdido para sempre deixa triste quem tem afeição a livros. Quem não lembrará da enorme tragédia cultural, por exemplo, que foi o nefasto incêndio na antiga biblioteca de Alexandria?! Quantos autores não “deixaram de existir”, por não ter restado um único fragmento de seus escritos? Quantas informações úteis, crônicas, poemas, mapas, proposições,

desenhos, teoremas, catalogações e descobertas científicas não se perderam também? Se Clementino Fraga, Múcio Leão, Antonio Candido, Jomar Moraes e Fábio Casemiro não encontraram nenhum exemplar do livro, talvez fosse verdade.

Daí, nos perguntávamos se haveria um lugar no mundo onde o livro pudesse ter sobrevivido, como o último exemplar de uma espécie em extinção. Talvez na biblioteca de José Mindlin (1914-2010), bibliófilo que entrou para a ABL aos 92 anos. Dono de grandes coleções, de obras raríssimas e autógrafos incríveis, Mindlin generosamente doou sua gigantesca biblioteca para a USP, e este foi o maior legado do velho imortal. Mas daí a *Flores e Amores* ter sobrevivido numa de suas prateleiras era só uma vaga suposição.

Qual não foi nossa surpresa quando, em meados de 2020, descobrimos, quase por acaso, que uma cópia digitalizada de *Flores e Amores* estava disponível na internet, justo na internet, na Biblioteca Digital de Literaturas de Língua Portuguesa, hospedada no site <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br>. Não obtivemos informações ainda sobre o original que serviu à digitalização, ainda que tenhamos indagado a determinados órgãos, inclusive à UFSC, que tem o exemplar hospedado em sua plataforma. Lembramos da dracma perdida da parábola de Jesus e da alegria de seu resgate. Quis a Providência que restasse esse único exemplar, agora acessível ao público, embora com algumas páginas quase apagadas e rasuras, o que dificulta a leitura e algumas vezes até a impossibilita. Que mãos abençoadas terão feito esse incrível trabalho – talvez sem a devida consciência do que tinha diante de si – de digitalizar uma obra assim tão rara?! E onde estariam esses originais tão antigos? Ainda não temos essas informações. Contudo, eis que o livro ressurgiu, como a fênix mitológica em meio às cinzas, como o animal dado como extinto torna a aparecer, como alguém que voltou do coma depois de vegetar por muitos anos, enfim, como encontrar um tesouro que um dia o mundo deixou de procurar.

O livro tem 131 páginas e contém 52 poemas, foi publicado pela Typographia Maranhense, de Paulo Ribeiro, e é dedicado a João d'Almeida Oliveira, amigo de Teófilo Dias. O texto de Jacques Senna, de 1875, já citado, faz outra revelação: havia nos originais de *Lira dos verdes anos* (que tinha originalmente o título de *Cantos tropicais*) pelo menos um poema de *Flores e amores*, que era intitulado “Z”, cujos trechos são citados no referido texto de Senna e equivalem ao poema “À D. Z.”, que consta no primeiro livro do poeta.

De nítida inspiração romântica, com forte influência de Gonçalves Dias e dos ultrarromânticos, além de algumas traduções de poetas estrangeiros, o livro aguarda o seu primeiro estudo crítico, desde a sua publicação há quase 150 anos. Merece, é claro, uma nova edição impressa. Aliás, é chegado o tempo de publicar a obra completa do bardo maranhense, fato até hoje inédito, pela óbvia razão abordada ao longo deste texto.

E foi o que fizemos, ao enveredarmo-nos nesse grande projeto, pois laboramos também há alguns anos com edição de livros em São Luís. Lançaremos em breve a *Poesia completa* de Teófilo Dias (ISBN 978-65-991501-4-2), com os selos Edições AML (da Academia Maranhense de Letras) e Café & Lápis Editora, esta última responsável

pela editoração do livro, com estabelecimento do texto, apresentação e notas de nossa parte. Reunimos num único volume os cinco livros de Teófilo Dias: *Flores e amores*, *Lira dos verdes anos*, *Cantos tropicais*, *Fanfarras* e *A comédia dos deuses*, além de uma seção denominada “Poemas diversos”, com 16 poemas avulsos que encontramos alhures. Resta informar que essa obra completa será lançada pela primeira vez, 147 anos após a obra de estreia do autor e 132 anos após sua morte. Já era tempo!

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Teófilo Dias – biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/teofilo-dias/biografia>>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- ARANTES, Altino. **Discurso de Posse na Academia Paulista de Letras**, em 23/09/1930. Disponível em: <<http://www.academiapaulistadeletras.org.br/discursos.asp?materia=1122>>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- ASSIS, Machado de. A Nova Geração. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, anno I, tomo II, p. 372-413, dez. 1879.
- AUTORES E LIVROS – Suplemento Literário de “A Manhã” [direção: Múcio Leão], vol. 5, n. 16, Rio de Janeiro, 1943.
- BASTOS, Francisco José Teixeira. **Poetas brasileiros**. Porto: Livraria Chardron, 1895.
- BLAKE, Augusto Victorino Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.
- CANDIDO, Antonio. Introdução. In: DIAS, Teófilo. **Poesias Escolhidas**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura; Comissão de Literatura, 1960, p. 7-32.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras**, em 11/09/2013. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/fernando-henrique-cardoso/discorso-de-posse>> Acesso em: 19 jun. 2020.
- CARNEIRO, Paulo. **Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras**, em 04/10/1971. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/paulo-carneiro/discorso-de-posse>>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- CARPEAUX, Otto Maria. **Pequena bibliografia crítica da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde; Serviço de Documentação, 1951.
- CASEMIRO, Fabio Martinelli. Teófilo Dias e a natureza de um Brasil moderno. **Revista Literatura em Debate**, v. 4, n. 7, p. 17-29, ago.-dez., 2010
- CASEMIRO, Fabio Martinelli. **Carne, imagem e revolta na lírica de Teófilo Dias**. 2008. 206 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- COUTINHO, Frederico dos Reis (org.). **As mais belas poesias brasileiras de amor**. 5. ed. Rio de Janeiro: Casa Ed. Vecchi Ltda., 1956.
- DIARIO DO MARANHÃO. Maranhão, Anno V, n. 216, 22 abr. 1874.
- DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, Anno 61, n. 62, 9 jun. 1878.
- DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, Anno 61, n. 180, 6 out. 1878.
- DIAS, Teófilo. **Poesias Escolhidas**. Introdução, seleção e notas por Antonio Candido. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura; Comissão de Literatura, 1960. (Coleção Poesia)
- DIAS, Teophilo. **Lyra dos verdes anos** (poesias lyricas). Rio de Janeiro: Evaristo Rodrigues da Costa Editor, 1878.
- DIAS, Teophilo. **Flores e amores**. Caxias: Typographia Maranhense, 1874.
- FRAGA, Clementino. **Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras**, em 10/06/1939. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/clementino-fraga/discorso-de-posse>>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- FREIRE, Laudelino (org.). **Sonetos brasileiros** (século XVII-XX) - Collectanea. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia., 1913.
- GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, Anno IV, n. 194, 16 jul. 1878.
- GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, Anno IV, n. 271, 1 out. 1878.

GAZETINHA, Rio de Janeiro, Anno 1, n. 91, 23 abr. 1882.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História**. Trad. Federico Carotti. 2. ed. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 143-179.

HORTA, Brant. **Análise literária e noções de Literatura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. J. R. de Oliveira & C., 1938.

MAGALHÃES, Valentim. Escriptos e escriptores: Theophilo Dias. **Tribuna Liberal**, Rio de Janeiro, anno II, n. 120, 2 abr. 1889, p. 1-2.

MAGALHÃES, Valentim. **A Litteratura Brasileira (1870-1895)**. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1896.

MARINS, Francisco. **Discurso de Posse na Academia Paulista de Letras**, em 25/03/1966. Disponível em: <<http://www.academiapaulistadeletras.org.br/discursos.asp?materia=1000>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MERQUIOR, José Guilherme. **Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras**, em 11/03/1983. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/jose-guilherme-merquior/discorso-de-posse>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MORAES, Jomar. **Bibliografia crítica da Literatura Maranhense**. São Luís: Departamento de Cultura, 1972.

MORAES, Jomar. Um livro inaugural e seu autor. In: DIAS, Teófilo. **Fanfarras**. São Luís: Edições SECMA, 1987.

MORAES FILHO, Alexandre José de Mello. **Poetas brasileiros contemporaneos**. Rio de Janeiro: Garnier, 1903.

OLIVEIRA, D. Martins de. Cadernos de poesias de 1935: anotações à margem dos poemas de Odylo Costa, filho. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 106, n. 291, 6 set. 1936, p. 6-7.

O MEQUETREFE, Rio de Janeiro, Anno IV, n. 140, n. 145, 5 out. 1878.

POMPÉIA, Raul. Arthur Azevedo e Theophilo Dias. **Revista Sul-Americana**, n. 8, 1889, p. 115-116.

REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, v. 57, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1939.

RIO BRANCO, Barão do. **Efemérides brasileiras**. 2. ed. revista por Basílio de Magalhães. Rio de Janeiro: IHGB, 1938.

SANTOS, Wellington de Almeida. **Teófilo Dias**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012. (Série Essencial, 054)

SCANTIMBURGO, João de. **Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras**, em 26/05/1992. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/joao-de-scantimburgo/discorso-de-posse>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

SENNA, Jacques. Cartas literárias. **Brazil Americano**, anno 1, n. 13, 7 out. 1875, p. 4.

SICILIANO, Tatiana Oliveira. **O Rio de Janeiro de Artur Azevedo: cenas de um teatro urbano**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2014.

SOARES, Jô. **Discurso de Posse na Academia Paulista de Letras**, em 10/11/2016. Disponível em: <<http://www.academiapaulistadeletras.org.br/discursos.asp?materia=1217>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

Teófilo Dias. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1977. (Série “Conheça Nossos Escritores”)

TORRES, Sérgio. Letrista de MPB, a face-ta pop de Ferreira Gullar. **Revista Fórum**, Rio de Janeiro, ano 17, n. 48, p. 30-33, 2017.

VAL, Waldir Ribeiro do. **Itinerário poético de Raimundo Correia**. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2006. (Coleção “Ensaio”, v. 11)

VIANNA, Sá. A nova geração. **Diario do Maranhão**. Maranhão, Anno XI, n. 2161, 26 out. 1880, p. 1.

WERNECK, Eugênio (org.). **Antologia Brasileira**: coletânea em prosa e verso de autores nacionais. 22 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1942.